



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

# DIÁRIO OFICIAL

[www.medianeira.pr.gov.br](http://www.medianeira.pr.gov.br)

De acordo com as Leis Municipais 134/2010 e 157/2011

QUARTA-FEIRA, 5 DE OUTUBRO DE 2011

ANO: I Nº: 0125

EDIÇÃO DE HOJE: 35 PÁGINA(S)

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

### SUMÁRIO

RESOLUÇÃO Nº 03/2011 .....	2
RESOLUÇÃO Nº 01/2011 .....	2
DECRETO Nº 423/2011, 26 DE SETEMBRO DE 2011.....	3
DECRETO Nº 424/2011, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011.....	3
DECRETO Nº 425/2011, DE 30 DE SETEMBRO DE 2011.....	4
DECRETO Nº 426/2011, 30 DE SETEMBRO DE 2011.....	4
DECRETO Nº 427/2011, DE 30 DE SETEMBRO DE 2011.....	5
DECRETO Nº 428/2011 DE 05 DE OUTUBRO DE 2011. ....	11
DECRETO Nº 429/2011, DE 05 DE OUTUBRO DE 2011. ....	12
DECRETO Nº 430/2011, DE 05 DE OUTUBRO DE 2011. ....	14
DECRETO Nº 431/2011, DE 05 DE OUTUBRO DE 2011. ....	14
DECRETO Nº 432/2011, DE 05 DE OUTUBRO DE 2011. ....	15
DECRETO Nº 433/2011, DE 05 DE OUTUBRO DE 2011. ....	16
DECRETO Nº 434/2011, DE 05 DE OUTUBRO DE 2011. ....	17
DECRETO Nº 435/2011, DE 05 DE OUTUBRO DE 2011. ....	17
DECRETO Nº 436/2011, DE 05 DE OUTUBRO DE 2011. ....	18
LEI Nº 171/2011, DE 04 DE OUTUBRO DE 2011. ....	19
LEI Nº 172/2011, DE 04 DE OUTUBRO DE 2011. ....	21
PERCENTUAL DE ANISTIA.....	21
LEI Nº 173/2011, DE 04 DE OUTUBRO DE 2011. ....	22
LEI Nº 174/2011, DE 04 DE OUTUBRO DE 2011. ....	22
LEI Nº 175/2011, DE 04 DE OUTUBRO DE 2011. ....	23
LEI Nº 176/2011, DE 04 DE OUTUBRO DE 2011. ....	23
LEI Nº 177/2011, DE 04 DE OUTUBRO DE 2011. ....	24
LEI Nº 178/2011, DE 04 DE OUTUBRO DE 2011. ....	27
LEI Nº 180/2011, DE 04 DE OUTUBRO DE 2011. ....	29
LEI Nº 181/2011, DE 04 DE OUTUBRO DE 2011. ....	30
LEI Nº 182/2011, DE 04 DE OUTUBRO DE 2011. ....	31
LEI Nº 183/2011, DE 04 DE OUTUBRO DE 2011. ....	31

LEI Nº 184/2011, DE 04 DE OUTUBRO DE 2011. ....	32
LEI Nº 185/2011, DE 04 DE OUTUBRO DE 2011. ....	33
LEI Nº 186/2011, DE 04 DE OUTUBRO DE 2011. ....	35



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT – BRY PDDE. A Prefeitura Municipal de Medianeira da garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site <http://www.medianeira.pr.gov.br/>

Arquivo Assinado Digitalmente por MARIA JAQUELINA  
STEINBACH - SERASA  
Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

# DIÁRIO OFICIAL

[www.medianeira.pr.gov.br](http://www.medianeira.pr.gov.br)

De acordo com as Leis Municipais 134/2010 e 157/2011

QUARTA-FEIRA, 5 DE OUTUBRO DE 2011

ANO: I Nº: 0125

EDIÇÃO DE HOJE: 35 PÁGINA(S)

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

### RESOLUÇÃO Nº 03/2011

**SÚMULA:** APROVA O REPASSE DO RECURSO LIVRE DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE FMDCA PARA A SOCIEDADE FILANTRÓPICA O BOM SAMARITANO DE MEDIANEIRA – PR REFERENTE AO ANO DE 2012.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, do município de Medianeira, Estado do Paraná, embasado pela Lei Municipal nº 162 de 07/12/2010 no uso de suas atribuições legais e,

**Considerando** a deliberação em plenária ordinária realizada em 03 de Outubro de 2011:

#### RESOLVE:

Art.1º - Aprovar o repasse do recurso livre do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente FMDCA para a Sociedade Filantrópica O Bom Samaritano de Medianeira – PR referente ao serviço de proteção social especial de alta complexidade na modalidade de acolhimento institucional para crianças e adolescentes para o ano de 2012.

NOME	VALOR ANUAL
O Bom Samaritano	R\$111.638,34

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.  
Sala de Sessões, 03/10/2011.

  
**Alexandre de Marque**  
Presidente do CMDCA

### RESOLUÇÃO Nº 01/2011

**SÚMULA:** APROVA O REPASSE DO RECURSO LIVRE DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO FMDI PARA A FUNDAÇÃO JANDIRA ÁUREA ZÍLIO DE MEDIANEIRA – PR REFERENTE AO ANO DE 2012.

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso - CMDI, do município de Medianeira, Estado do Paraná, embasado pela Lei Municipal nº 091 de 16/11/2005 no uso de suas atribuições legais e,

**Considerando** a deliberação em plenária ordinária realizada em 26 de Setembro de 2011:

#### RESOLVE:

Art.1º - Aprovar o repasse do recurso livre do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso FMDI para a Fundação Jandira Áurea Zílio de Medianeira – PR referente ao serviço de proteção social especial de alta complexidade na modalidade de acolhimento institucional para idosos para o ano de 2012.

NOME	VALOR ANUAL
Fundação Jandira Áurea Zílio	R\$66.000,00

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 03/10/2011.

  
**Guilhermina Fátima da Silva**  
Presidente CMDI



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

# DIÁRIO OFICIAL

[www.medianeira.pr.gov.br](http://www.medianeira.pr.gov.br)

De acordo com as Leis Municipais 134/2010 e 157/2011

QUARTA-FEIRA, 5 DE OUTUBRO DE 2011

ANO: I Nº: 0125

EDIÇÃO DE HOJE: 35 PÁGINA(S)

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

### DECRETO Nº 423/2011, 26 de setembro de 2011.

**Demite Funcionária Regime C.L.T. Contratado por Tempo Determinado.**

**O PREFEITO DE MEDIANEIRA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,**

#### **R E S O L V E:**

**Art. 1º** Demitir GIZELE DE OLIVEIRA FARINON, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº 4.016.021/SC, CPF nº 057.040.449-56, do cargo de Emprego Público de Agente de Endemias, de Provimento C.L.T., contrato por Tempo Determinado, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 23 de setembro de 2011, a pedido.

**Art. 2º** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23 de setembro de 2011.

Paço Municipal 25 de Julho, Medianeira, 26 de setembro de 2011.

Elias Carrer  
**Prefeito**

Registrada e Publicada nesta Secretaria.

Ione Luiz Farias  
**Secretário de Administração**

### DECRETO Nº 424/2011, de 27 de setembro de 2011.

**Altera Decreto nº 222/2011 que nomeia o Conselho Municipal de Assistência Social**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE MEDIANEIRA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,**

#### **R E S O L V E:**

**Art. 1º** Altera Decreto nº 222/2011, membros que compõe o Conselho Municipal de Assistência Social, que passa a ser constituído pelo seguinte membro:

#### **Representante Não-Governamental**

Inês Rodrigues dos Santos, titular e Claci Schumann, suplente - representante dos Usuários;

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, fica revogado o Decreto nº 403/2011 de 15 de setembro de 2011.

Paço Municipal 25 de Julho, Medianeira, 27 de setembro de 2011.

Elias Carrer  
**Prefeito**

Registrado e Publicado nesta Secretaria.

Ione Luiz Farias  
**Secretário de Administração**



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT – BRY PDDE. A Prefeitura Municipal de Medianeira da garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site <http://www.medianeira.pr.gov.br/>

Arquivo Assinado Digitalmente por MARIA JAQUELINA STEINBACH - SERASA  
Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

# DIÁRIO OFICIAL

[www.medianeira.pr.gov.br](http://www.medianeira.pr.gov.br)

De acordo com as Leis Municipais 134/2010 e 157/2011

QUARTA-FEIRA, 5 DE OUTUBRO DE 2011

ANO: I Nº: 0125

EDIÇÃO DE HOJE: 35 PÁGINA(S)

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

### DECRETO Nº 425/2011, de 30 de setembro de 2011.

#### Nomeia candidato aprovado em concurso Público Municipal

O PREFEITO DE MEDIANEIRA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEGISLAÇÃO EM VIGOR E RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL CONFORME EDITAL Nº 006.002/2010, DE 16 DE SETEMBRO DE 2010,

#### DECRETA:

**Art. 1º** Fica nomeado, em observância à ordem de classificação e aprovação final em Concurso Público Municipal, o Servidor Público Municipal ANKLAS RIBEIRO MAGALHÃES, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 1244651-3/MT, CPF nº 702867361-87, para o cargo de Técnico em Segurança no Trabalho, lotado na Secretaria de Administração, 40 horas/semanais, classificado em 2º lugar, a partir de 03 de outubro de 2011.

**Art. 2º** O novo Servidor Público Municipal passará a integrar o Quadro de Servidores Efetivos desta Municipalidade, mediante lotação específica, e cumprirá Estágio Probatório nos termos da Legislação específica e Emenda Constitucional nº 19/98, de 04 de junho de 1998.

**Art. 3º** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal 25 de Julho, Medianeira, 30 de setembro de 2011.

Elias Carrer  
Prefeito

Registrado e Publicado nesta Secretaria.

Ione Luiz Farias  
Secretário de Administração

### DECRETO Nº 426/2011, 30 de setembro de 2011.

#### Exonera Funcionário Cargo em Comissão

O PREFEITO DE MEDIANEIRA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

#### RESOLVE:

**Art. 1º** Exonerar IVONETE CLAUDINO GHELLERE, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº 6.167.173-0/PR, CPF nº 886.441.389-87, do cargo de Diretor Técnico em Administração Geral, Símbolo CC-2, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, de Provimento em Comissão, por 40 horas/semanais, a partir de 30 de setembro de 2011.

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal 25 de Julho, Medianeira, 30 de setembro de 2011.

Elias Carrer  
Prefeito

Registrada e Publicada nesta Secretaria.

Ione Luiz Farias  
Secretário de Administração



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT – BRY PDDE. A Prefeitura Municipal de Medianeira da garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site <http://www.medianeira.pr.gov.br/>

Arquivo Assinado Digitalmente por MARIA JAQUELINA STEINBACH - SERASA

Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

# DIÁRIO OFICIAL

[www.medianeira.pr.gov.br](http://www.medianeira.pr.gov.br)

De acordo com as Leis Municipais 134/2010 e 157/2011

QUARTA-FEIRA, 5 DE OUTUBRO DE 2011

ANO: I Nº: 0125

EDIÇÃO DE HOJE: 35 PÁGINA(S)

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

**DECRETO Nº 427/2011, de 30 de setembro de 2011.**

**Aprova o Regimento Interno para o Processo de escolha dos Diretores dos Estabelecimentos de Ensino da Rede Pública Municipal.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE MEDIANEIRA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 12 DA LEI MUNICIPAL Nº 016/99, DE 6 DE OUTUBRO DE 1999**

**D E C R E T A:**

### **CAPÍTULO I** **DAS DATAS E PRAZOS**

**Art. 1º** O processo de escolha dos diretores dos Estabelecimentos de Ensino da Rede Pública Municipal de Medianeira, para o biênio 2012/2013, Lei nº 016/99 de 06 de outubro de 1999, Lei nº 012/2004 de 13 de abril de 2004, Lei nº 095/2007 de 23 de agosto de 2007 e Lei nº 080/2009 de 20 de julho de 2009, será realizado no dia 25 de novembro de 2011.

**Parágrafo único** Entende-se como Rede Municipal de Ensino, as Escolas Municipais e Centros Municipais de Educação Infantil.

**Art. 2º** Poderão inscrever-se os candidatos ao pleito, que atendam aos requisitos do art. 3º da Lei nº 016/99, de 6 de outubro de 1999, Lei nº 012/2004, de 13 de abril de 2004, Lei nº 095/2007 de 23 de agosto de 2007 e Lei nº 080/2009 de 20 de julho de 2009.

**§ 1º** As inscrições serão recebidas no dia 21 (vinte e um) de outubro de 2011, das 07 (sete) às 18 (dezoito) horas pela Comissão Eleitoral Central na Secretaria Municipal de Educação, cito a Rua Sta. Catarina, 2160, Centro, por meio de requerimento dirigido a Secretária Municipal de Educação, disponível em formulário pré-impresso no local de inscrição.

**§ 2º** Serão aceitas inscrições por procuração simples, com apresentação do Registro Geral (RG) do outorgado.

**Art. 3º** Findado o período de inscrições, a Secretaria Municipal de Educação divulgará, por meio de ofício circular, a relação dos candidatos no prazo de 48 horas

a contar do próximo dia útil subsequente a data das inscrições.

### **CAPÍTULO II** **DAS RESPONSABILIDADES DA COMISSÃO ELEITORAL CENTRAL**

**Art. 4.º** A Comissão Eleitoral Central, composta por três servidores da Secretaria Municipal de Educação, designada pelo Prefeito conforme Portaria Municipal nº 202/2011 de 30 de junho de 2011, terá as seguintes atribuições:

I - Indicar os nomes para comporem as Comissões dos Estabelecimentos de Ensino para homologação pela Secretária Municipal de Educação;

II - coordenar o processo de escolha de Diretores;

III - coordenar, orientar e supervisionar as Comissões dos estabelecimentos de Ensino;

IV - analisar os casos omissos para apreciação da Secretária Municipal de Educação;

V - encaminhar a Secretária Municipal de Educação a listagem dos candidatos eleitos para fins de homologação e publicação;

VI - receber das Comissões dos Estabelecimentos de Ensino os recursos contra os resultados das eleições homologados ou não para decisão da Secretária Municipal de Educação;

VII - apresentar à Assessoria Jurídica da Prefeitura os recursos impetrados, judicialmente, contra o Processo de Consulta para análise e providências cabíveis;

VIII - nos casos de ausência, impedimento ou omissão das Comissões Eleitorais dos Estabelecimentos, responder em nome deles para o fiel cumprimento das normas relativas ao Processo de Consulta;

IX - determinar ao Diretor do Estabelecimento de Ensino a adoção das providências preconizadas por este Decreto e demais normas, prestando todo o apoio necessário à Comissão Eleitoral do Estabelecimento de Ensino, a fim de assegurar o fiel cumprimento nos prazos e formas estabelecidos;

X - encaminhar a Secretaria Municipal de Educação para guarda as Atas de votação, escrutinação e resultado final;





# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

# DIÁRIO OFICIAL

[www.medianeira.pr.gov.br](http://www.medianeira.pr.gov.br)

De acordo com as Leis Municipais 134/2010 e 157/2011

QUARTA-FEIRA, 5 DE OUTUBRO DE 2011

ANO: I Nº: 0125

EDIÇÃO DE HOJE: 35 PÁGINA(S)

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

XI - apreciar e esclarecer dúvidas ocorridas durante o Processo de Consulta e não resolvidas pelas Comissões Eleitorais dos Estabelecimentos de Ensino, emitindo Parecer em respostas a consultas formuladas por eleitores ou candidatos;

XII - receber e efetuar as inscrições dos candidatos;

XIII - orientar as Comissões Eleitorais dos Estabelecimentos de Ensino, para a perfeita execução do Processo de Consulta, respeitando as normas estabelecidas Lei Municipal nº016/99 de 06 de outubro de 1999, Lei nº 012/2004 de 13 de abril de 2004, Lei nº095/2007 de 23 de agosto de 2007 e Lei nº 080/2009 de 20 de julho de 2009;

XIV - repassar as Comissões Eleitorais dos Estabelecimentos de Ensino, todas as informações e materiais necessários para o bom andamento do Pleito;

XV - legitimar os recursos interpostos contra os atos preparatórios do Processo de Consulta, em 24 (vinte e quatro) horas;

XVI - receber recursos contra o resultado final do Processo de Consulta, emitindo Parecer e encaminhando às Comissões Eleitorais dos Estabelecimentos de Ensino no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contadas a partir da divulgação dos resultados.

### CAPÍTULO III

### DAS RESPONSABILIDADES DAS COMISSÕES

### ELEITORAIS DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO

**Art. 5º** A Comissão Eleitoral dos Estabelecimentos de Ensino, designadas pela Secretária Municipal de Educação, conforme o art. 9º da Lei nº 016/99, de 6 de outubro de 1999, será composta por três membros, sendo um do quadro do magistério, um do quadro técnico-administrativo e um representante da APMF do Estabelecimento de Ensino.

**§ 1º** Não poderá integrar a Comissão Eleitoral qualquer um dos candidatos, ou pessoas que tenham algum grau de parentesco com o candidato.

**§ 2º** O representante da APMF deve ser pai, mãe ou responsável de aluno, não podendo ser Funcionário Público Municipal.

**Art. 6º** Compete à Comissão Eleitoral do Estabelecimento de Ensino, além de outras as seguintes atribuições específicas:

I - divulgar a Comunidade Escolar, amplamente, as normas e critérios relativos ao processo eleitoral;

II - planejar, organizar e executar o processo eleitoral no Estabelecimento de Ensino;

III - lavrar em Ata todas as decisões tomadas em reuniões;

IV - divulgar a candidatura regularmente homologada pela Secretaria Municipal de Educação, indicando o número dos candidatos, em diversos locais do Estabelecimento de Ensino;

V - convocar a Comunidade Escolar para a votação, mediante Edital, a ser afixado em locais públicos, no prazo previsto pelo cronograma;

VI - convocar e presidir Assembléia Geral com a Comunidade Escolar para apresentação das Propostas de Trabalho pelos Candidatos;

VII - orientar candidatos e eleitores, para a perfeita execução do Processo de Consulta, respeitando as normas estabelecidas na legislação aplicável;

VIII - emitir a listagem de pais ou responsáveis votantes, de alunos maiores de 16 (dezesesseis) anos com direito a voto e dos funcionários, do Sistema SERE na data de 23/11/2011, após as 17:30 horas e repassa-las a Mesa Receptora de votos.

IX - carimbar as cédulas com o nome do Estabelecimento de Ensino;

X - receber e instalar a urna junto mesa receptora de votos e a comporem;

XI - credenciar os fiscais dos candidatos conforme modelo encaminhado pela Comissão Eleitoral Central;

XII - fixar junto as cabines de votação a relação dos candidatos concorrentes, constando: nome e número do candidato;

XIII - receber e decidir a legitimidade dos pedidos de impugnação relativos aos atos preparatórios



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

# DIÁRIO OFICIAL

[www.medianeira.pr.gov.br](http://www.medianeira.pr.gov.br)

De acordo com as Leis Municipais 134/2010 e 157/2011

QUARTA-FEIRA, 5 DE OUTUBRO DE 2011

ANO: I Nº: 0125

EDIÇÃO DE HOJE: 35 PÁGINA(S)

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

concernentes ao processo. Desta decisão caberá recurso ao Preposto;

XIV - repassar aos candidatos e eleitores todas as informações e materiais recebidos da Comissão Eleitoral Central;

### CAPÍTULO IV DO PLANO DE AÇÃO

**Art. 7º** O Plano de Ação citado na alínea "g" do Art. 1º da Lei nº095/2007, deverá ser protocolado junto a Secretaria Municipal de Educação no ato da inscrição.

**Art 8º** O Plano de Ação terá modelo próprio e único disponível junto a Secretaria Municipal de Educação em formulário pré-impresso, ou digitalizado a critério do Candidato.

**§ 1º** Não serão aceitos para protocolo Planos de Ação fora do modelo oficial, incompletos, rasurados e sem a identificação do candidato e do Estabelecimento de Ensino que pretende dirigir.

**§ 2º** Deverá ser apresentado aos pais, pelos candidatos na Assembléia Geral convocada pela Comissão Eleitoral do Estabelecimento de Ensino, para este fim.

### CAPITULO V DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS

**Art. 9º** As impugnações e os recursos, no processo eleitoral, não terão efeito suspensivo.

**Art. 10** Só serão recebidas impugnações e recursos que estiverem devidamente instruídos com documentos que comprovem o alegado da parte interessada constando os fatos e os fundamentos.

**Parágrafo único** As impugnações e recursos deverão ser dirigidos à Presidência da Comissão Eleitoral Central.

**Art. 11** A Comissão Eleitoral Central, mediante Parecer fundamentado, decidirá sobre os pedidos de impugnação em 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir do recebimento, dando ciência às partes.

**§ 1º** Todos os Pareceres emitidos deverão ser circunstanciados e fundamentados nas Leis Municipais nº016/99 de 06 de outubro de 1999, 012/2004 de 13 de abril de 2004, 095/2007 de 23 de agosto de 2007,

080/2009 de 20 de julho de 2009 e por este Decreto Municipal.

**§ 2º** Os pedidos de impugnação contra atos preparatórios, ocorridos nas 48 (quarenta e oito) horas antecedentes ao dia da votação, deverão ser decididos de imediato pela Comissão Eleitoral Central, não cabendo recurso.

**§ 3º** O prazo para a interposição de impugnações ou recursos será de 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da data da divulgação dos resultados finais das eleições.

**Art. 12** O Presidente da Comissão Eleitoral Central e o interessado deverão anotar o local, o dia e a hora do recebimento das impugnações e dos recursos, respectivamente.

**Art. 13** Os pedidos de impugnação dos integrantes das Comissões Eleitorais dos Estabelecimentos de Ensino, devidamente fundamentados, serão dirigidos ao Presidente da Comissão Eleitoral Central, em até 24 (vinte e quatro) horas após a designação, caso sejam pertinentes os pedidos, os integrantes serão substituídos.

**Art. 14** A Comissão Eleitoral Central a fim de subsidiar o julgamento isento das impugnações e recursos, poderá deslocar-se aos Estabelecimentos de Ensino da Rede Pública Municipal, proceder a oitiva de testemunhas, a coleta de documentos e de depoimentos das partes, e demais atos necessários para a garantia da lisura do procedimento eleitoral.

**Art. 15** Somente possuem legitimidade para apresentação de impugnações e recursos os candidatos ao pleito eleitoral.

### CAPITULO VI DA PROPAGANDA ELEITORAL

**Art. 16** Só será permitida a propaganda eleitoral após a divulgação da lista dos candidatos inscritos para o pleito eleitoral.

**Art. 17** Os candidatos poderão promover suas candidaturas entre os votantes, dentro dos parâmetros estabelecidos pela ética profissional e estatutária previsto na Lei nº015/92 de 01 de abril de 1992 e de acordo com a Legislação Eleitoral.

**Art. 18** Será realizada uma Assembléia para apresentação das Propostas de Trabalho dos candidatos, de forma a atender os períodos de funcionamento dos Estabelecimentos de Ensino.



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

# DIÁRIO OFICIAL

[www.medianeira.pr.gov.br](http://www.medianeira.pr.gov.br)

De acordo com as Leis Municipais 134/2010 e 157/2011

QUARTA-FEIRA, 5 DE OUTUBRO DE 2011

ANO: I Nº: 0125

EDIÇÃO DE HOJE: 35 PÁGINA(S)

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

**Parágrafo único** Assembléia deve ser realizada até no máximo dia 21 de novembro de 2011, e com duração de no máximo 1 (uma) hora e 30 (trinta) minutos.

**Art. 19** Faculta-se a Comissão Eleitoral do Estabelecimento de Ensino a realização de debate entre os candidatos.

**Parágrafo único** Fica sob responsabilidade da Comissão Eleitoral do Estabelecimento de Ensino ditar as normas para eventual debate.

**Art. 20** A propaganda não poderá exceder ao tempo de 10 (dez) minutos em cada sala de aula, e apenas uma vez.

**Art. 21** É proibida a propaganda durante todo o processo de consulta para a escolha de diretores:

I que implique em oferecimento, promessa ou solicitação de dinheiro, dádiva, rifa, sorteio ou vantagem de qualquer natureza;

II que perturbar o sossego público, com algazarra ou abuso de instrumentos sonoros ou sinais acústicos;

III que caluniar, difamar ou injuriar qualquer pessoa, envolvida no processo de consulta;

IV que empregam meios destinados a criar artificialmente nos eleitores estados mentais, emocionais e passionais;

**Art. 22** A propaganda irreal, insidiosa ou manifestamente pessoal contra os concorrentes deverá ser analisada pela Comissão Eleitoral do Estabelecimento de Ensino que, se a entender incluída nessas características, determinará sua imediata suspensão, alertando os candidatos, com a devida comunicação ao responsável para os procedimentos legais cabíveis.

**Art. 23** É vedado, durante todo o dia 25 de novembro de 2011 (dia da votação):

I Em qualquer local público ou aberto ao público, a aglomeração de pessoas portando flâmulas, bandeiras, de modo a caracterizar manifestação coletiva, com ou sem a utilização de veículos.

II Aos mesários e aos escrutinadores, no recinto das seções eleitorais, o uso de vestuário ou objeto que contenha qualquer propaganda dos candidatos.

III O uso de auto-falantes e amplificadores de som.

IV Qualquer distribuição de material de propaganda política, inclusive volantes ou outros impressos (independente da distância ao local da votação).

V A prática de aliciamento (inclusive corpo a corpo), coação ou manifestação tendentes a influir na vontade do eleitor.

VI Oferecer, prometer, ou entregar ao eleitor com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza.

VII O Transporte de eleitores por parte dos candidatos ou seu representante.

VIII Aos candidatos permanecer dentro da seção eleitoral.

IX As situações não específicas nesta instrução, serão norteadas pela Legislação Eleitoral vigente: Resolução nº21610/04 do Tribunal Superior Eleitoral.

X Aos fiscais dos candidatos credenciados junto a mesa receptora, nos trabalhos de votação, inclusive dentro da seção, constar em suas vestes ou crachás o nome e ou o número do candidato a que representem.

**Art. 24** É permitido:

I A manifestação individual e silenciosa da preferência do cidadão por candidato, incluída a que se contenha no próprio vestuário ou que se expresse no porte de bandeira ou de flâmula ou pela utilização de adesivos em veículos ou objetos de que tenha a posse.

### CAPÍTULO VII

#### DAS MESAS RECEPTORAS

**Art. 25** A mesa será composta pelos membros da Comissão Eleitoral, designada conforme art. 5º deste Decreto.

**Art. 26** As mesas de votação serão instaladas em local adequado, que assegure a privacidade e o voto secreto do eleitor, e de fácil acesso aos portadores de necessidades especiais.

**§ 1º** A mesa recolherá os votos dos eleitores no horário compreendido entre as 11 e 19 horas, ininterruptamente.

**§ 2º** Cada Estabelecimento terá uma única mesa de votação e urna receptora, onde haverá uma listagem de eleitores com direito ao voto organizada pela Comissão Eleitoral do Estabelecimento de Ensino.

**§ 3º** Não será permitido, no recinto ocupado pelas mesas receptoras, qualquer tipo de propaganda eleitoral, aliciamento ou convencimento de eleitores.

**§ 4º** Na ausência temporária do Presidente, o Secretário ocupará suas funções, respondendo pela ordem e regularidade do processo.

**§ 5º** Não poderão ausentar-se, simultaneamente, Presidente e Secretário.

**Art. 27** Após a identificação, por meio de documento oficial e comprovado seu direito ao voto através da Lista





# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

# DIÁRIO OFICIAL

[www.medianeira.pr.gov.br](http://www.medianeira.pr.gov.br)

De acordo com as Leis Municipais 134/2010 e 157/2011

QUARTA-FEIRA, 5 DE OUTUBRO DE 2011

ANO: I Nº: 0125

EDIÇÃO DE HOJE: 35 PÁGINA(S)

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

de Votação, o votante assinará e/ou no caso de ser analfabeto, deixará sua impressão digital na lista de votantes, recebendo uma cédula oficial, carimbada e rubricada, onde escreverá um dos nomes, e/ou número do candidato, de maneira pessoal e secreta, depositando-a na urna.

**Parágrafo único** Não constando o nome na lista de votação o eleitor não terá direito ao voto.

**Art. 28** O voto deverá constar na cédula, nos padrões oficiais, conforme modelo oficial, devendo trazer carimbo de identificação do estabelecimento e rubricado pela mesa receptora.

**Art. 29** Dos trabalhos da mesa de votação será lavrada Ata circunstanciada conforme modelo.

**Art. 30** Cada candidato terá direito de dispor de dois fiscais, dentre eleitores do estabelecimento, credenciados junto à mesa receptora no momento de abertura dos trabalhos de votação, os quais deverão fiscalizar o processo eleitoral, observando as eventuais irregularidades, que deverão ser comunicadas ao Presidente da Mesa, para registro em Ata.

**Parágrafo Único.** Fica vedado a indicação de fiscais que sejam funcionários dos Estabelecimentos de Ensino da Rede Pública Municipal, durante o horário de funcionamento do Estabelecimento.

**Art. 31** Compete à Mesa de Votação:

I - solucionar, imediatamente, todas as dificuldades e dúvidas que ocorrerem;

II - autenticar, com suas rubricas, as cédulas oficiais;

III - lavrar a Ata de Votação, anotando todas as ocorrências;

IV - concluída a votação, remeter a documentação referente à eleição, para a Mesa Apuradora.

V - verificar antes do eleitor votar, a coincidência da assinatura constante no documento de identificação com a da Lista de Votantes:

a)Carteira de Identidade (RG);

b)Carteira de Motorista CNH (modelo em que consta assinatura do eleitor) ou;

c)Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);

d)Título Eleitoral;

e)Cadastro de Pessoa Física (CPF).

VI decidir de imediato os pedidos de impugnação contra a votação.

**Parágrafo único** Nos casos de dúvida, a Mesa fará o voto em separado, recolhendo-o em envelope que será devidamente fechado e depositado na urna, com

registro na Ata para posterior apreciação pelos escrutinadores.

**Art. 32** Às 19 (dezenove) horas fecham-se os portões do local do pleito e mandará o Presidente da Mesa que sejam distribuídas senhas enumeradas aos presentes, habilitando-os a votar e impedindo aqueles que se apresentarem após aquele horário.

**Art. 33** Somente poderão permanecer no recinto destinado à Mesa Receptora de Votos os seus membros, e os fiscais, e durante o tempo necessário à votação o eleitor.

**Art. 34** Nenhuma autoridade estranha à Mesa Receptora poderá intervir, sob pretexto algum, em seu regular funcionamento, salvo integrantes da Comissão Eleitoral Central, ouvindo os seus membros quando solicitado.

**Art. 35** O Presidente da Mesa Receptora que é, durante os trabalhos, a autoridade superior, assegurará a ordem e o direito à liberdade de escolha do eleitor e o Presidente da Comissão Eleitoral Central responderá pela manutenção da ordem no recinto do Estabelecimento de Ensino.

**Art. 36** Os trabalhos da Mesa Receptora poderão ser encerrados antes do horário estabelecido, desde que tenham comparecido todos os votantes.

**Art. 37** Os trabalhos da Mesa Receptora serão lavrados em Ata de Votação, conforme modelo encaminhado pela Comissão Eleitoral Central.

## CAPITULO VIII

### DAS MESAS ESCRUTINADORAS

**Art. 38** As Mesas Escrutinadoras serão constituídas por 3 (três) servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação, indicados pela Comissão Eleitoral Central e designados pela Secretária Municipal de Educação, através de Portaria Secretarial.

**Parágrafo único** Não poderá compor a mesa, parente em qualquer grau dos candidatos.

**Art. 39** O Presidente da Mesa Escrutinadora que é, durante os trabalhos, a autoridade superior, assegurará a ordem para o bom andamento dos trabalhos e o Presidente da Comissão Eleitoral Central responderá pela manutenção da ordem no recinto da apuração.

**Art. 40** Nenhuma autoridade estranha à Mesa Escrutinadora poderá intervir, sob pretexto algum, em seu regular funcionamento, salvo o Presidente da Comissão Eleitoral Central, ouvido seus membros, quando solicitado.



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

# DIÁRIO OFICIAL

[www.medianeira.pr.gov.br](http://www.medianeira.pr.gov.br)

De acordo com as Leis Municipais 134/2010 e 157/2011

QUARTA-FEIRA, 5 DE OUTUBRO DE 2011

ANO: I Nº: 0125

EDIÇÃO DE HOJE: 35 PÁGINA(S)

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

**Art. 41** A escrutinação será realizada ininterruptamente, em sessão pública e única no Centro Popular de Cultura ARANDURÁ (CPC) sito à Av. Brasil, nº 1677, Centro, e efetuada imediatamente após a entrega da última urna no local, obedecendo-se o critério de chegada para a realização do escrutínio.

**Art. 42** Antes de iniciar a escrutinação, a Mesa deverá analisar os votos em separado constante dos envelopes, anulando-os, se for o caso, ou incluindo-os entre os demais existentes na urna, preservando o sigilo do voto.

**Parágrafo único** Poderá o Presidente da Mesa Escrutinadora em consulta a seus pares, antes de iniciar a seção de escrutínio anular ou não os votos em separados sem que os envelopes sejam abertos, com registro em Ata.

**Art. 43** A Mesa Escrutinadora verificará se o número de assinaturas constantes nas listagens de votantes coincide com o número de cédulas existentes na urna. Não havendo coincidência entre o número de assinaturas e o número de cédulas da urna, o fato somente constituirá motivo de anulação da urna, se resultante de fraude comprovada.

**Art. 44** Se a Mesa Escrutinadora concluir que a irregularidade resultou de fraude anulará a urna, devendo ser encaminhado, através do Preposto, à Comissão Eleitoral Central, o relatório circunstanciado da ocorrência acompanhado de toda a documentação comprobatória do ocorrido, para decisão.

**Art. 45** Após fazer a declaração do voto branco ou nulo, será imediatamente escrito na cédula, com caneta de tinta vermelha, a expressão "branco" ou "nulo", respectivamente.

**Art. 46** Serão nulas as cédulas que:

I não corresponderem ao modelo oficial;

II assinalarem mais de um nome;

III que contenham expressões, frases ou palavras que possam identificar o votante;

IV que não estiverem rubricadas pela Mesa de Votação; ou

V que não trouxerem o carimbo com o nome do Estabelecimento.

**§ 1º** No caso de divergência entre o número do candidato e o seu nome, prevalecerá este último.

**§ 2º** A inversão, omissão ou erro de grafia do nome ou pronome, não invalidará o voto, desde que seja possível identificar o candidato.

**§ 3º** As dúvidas que forem levantadas na escrutinação serão resolvidas pela Mesa Apuradora, em decisão de maioria de votos.

**Parágrafo único** Das decisões da Mesa Escrutinadora não caberá recurso.

**Art. 47** Concluídos os trabalhos de escrutinação serão lavradas em Ata de Apuração dos trabalhos da Mesa, e por sua vez encaminharão todo o material à Comissão Eleitoral Central.

**Art. 48** Recebida a documentação das Mesas de Escrutinação, a Comissão Central Eleitoral deverá:

I verificar toda a documentação;

II decidir quanto às irregularidades registradas em Ata;

III registrar no mapa de apuração o resultado final, a soma dos votos alcançados pelos candidatos bem como a soma dos votos brancos e nulos;

IV apurar e divulgar o resultado final de cada candidato;

V encaminhar à Secretaria Municipal de Educação, para proclamação dos eleitos e guarda, pelo prazo de noventa dias, todo material das eleições.

## CAPITULO IX

## DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 49** Na data do pleito, 25 de novembro de 2011 (sexta-feira), haverá aula normalmente nos Estabelecimentos de Ensino.

**Art. 50** Nos casos em que a Comissão Eleitoral Central entender necessário, poderá um de seus membros, acompanhar o processo de escolha, excepcionalmente em determinado local.

**Art. 51** Atos preparatórios são todos aqueles praticados direta ou indiretamente por quaisquer dos votantes, no período compreendido entre a divulgação do presente Decreto e o dia anterior ao da votação.

**Art. 52** Atos da votação são aqueles praticados direta ou indiretamente por quaisquer dos votantes, no dia da votação.

**Art. 53** Atos de escrutinação são aqueles praticados direta ou indiretamente por quaisquer dos votantes, no período da escrutinação até a divulgação do resultado da eleição.

**Art. 54** Não será permitido o voto por procuração.

**Art. 55** É vedado qualquer tipo de manifestação de apreço ou desapeço aos candidatos pelos membros das Comissões, pelos Prepostos e pelos Mesários.

**Art. 56** Por qualquer embaraço ao fiel cumprimento do presente Decreto, responderá o servidor responsável,



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

# DIÁRIO OFICIAL

[www.medianeira.pr.gov.br](http://www.medianeira.pr.gov.br)

De acordo com as Leis Municipais 134/2010 e 157/2011

QUARTA-FEIRA, 5 DE OUTUBRO DE 2011

ANO: I Nº: 0125

EDIÇÃO DE HOJE: 35 PÁGINA(S)

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

de conformidade com a Legislação a que estiver subordinado.

**Art. 57** O número do candidato será definido pela ordem de inscrição, sendo que o primeiro inscrito será o número 1 (um) e assim sucessivamente.

**Art. 58** Os casos omissos neste Regimento Interno serão resolvidos pela Comissão Eleitoral Central e pela Secretaria Municipal de Educação.

**Art. 59** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal 25 de Julho, Medianeira, 30 de setembro de 2011.

Elias Carrer  
Prefeito

Registrado e Publicado nesta Secretaria

Ione Luiz Farias  
Secretário de Administração

**DECRETO nº 428/2011 de 05 de outubro de 2011.**

### REGULAMENTA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA,** Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

#### DECRETA:

**Art. 1º.** Procede à abertura de Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com o inciso I do art. 41 da Lei Federal nº 4.320/64, e inciso I do art. 4º da Lei Municipal nº 166/2010 de 17.12.2010, publicada em 29.12.2010, até a importância de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), para a suplementação da(s) seguinte(s) dotação(ões) do orçamento vigente, conforme segue:

07.00 – Secretaria Municipal de Educação

07.05 – Divisão de Transporte Escolar

12.361.0007.2.024 – Manutenção do Transporte Escolar

3.3.90.33.00.0000 – Passagens e Desp. c/ Locomoção – 31121 – 306.....R\$75.000,00

13.00 – Secretaria Municipal de Esportes e Lazer

13.02 – Divisão de Esportes

27.812.0015.2.085 – Manutenção das Atividades Esportivas

3.3.90.39.00.0000 – Outros Serviços de Terceiros PJ – 01000 – 69.....R\$5.000,00

**TOTAL.....R\$80.000,00**

**Art. 2º.** O Crédito Adicional Suplementar autorizado no art. 1º, será coberto com recursos provenientes da anulação parcial/total da(s) seguinte(s) dotação(ões) do orçamento vigente, conforme preceitua o inciso III do § 1º do art. 43 da Lei 4.320/64, conforme segue:

07.00 – Secretaria Municipal de Educação

07.05 – Divisão de Transporte Escolar

12.361.0007.2.024 – Manutenção do Transporte Escolar

3.3.90.30.00.0000 – Material de Consumo – 31121 – 301.....R\$35.000,00

3.3.90.39.00.0000 – Outros Serviços de Terceiros PJ – 31121 – 307.....R\$40.000,00

13.00 – Secretaria Municipal de Esportes e Lazer

13.02 – Divisão de Esportes

27.812.0015.2.085 – Manutenção das Atividades Esportivas

3.3.90.31.00.0000 – Prem.Cult.Artist.Cient.Desport. Outras – 01000 – 696.....R\$5.000,00



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

# DIÁRIO OFICIAL

www.medianeira.pr.gov.br

De acordo com as Leis Municipais 134/2010 e 157/2011

QUARTA-FEIRA, 5 DE OUTUBRO DE 2011

ANO: I Nº: 0125

EDIÇÃO DE HOJE: 35 PÁGINA(S)

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

**TOTAL.....R\$80.000,00**

**Art. 3º.** Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal 25 de Julho, Medianeira, Paraná, 05 de outubro de 2011.

**Elias Carrer**  
**Prefeito**

Registrado e publicado nesta secretaria,

**Ione Luiz Farias**  
**Sec. Mun. de Administração**

**DECRETO Nº 429/2011, de 05 de outubro de 2011.**

**Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder a abertura de Crédito Adicional Suplementar ao orçamento vigente, e dá outras providências.**

**O PREFEITO DE MEDIANEIRA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI Nº 185/2011, DE 04 DE OUTUBRO DE 2011,**

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à abertura de Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com o que preceitua o inciso I do art. 41 da Lei Federal nº 4.320/64, até a importância de R\$ 783.484,55 (setecentos e oitenta e três mil quatrocentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos), para a Inclusão das seguintes dotações do orçamento vigente, conforme segue:

03.00 – Secretaria Municipal de Governo

03.04 – CPD – Centro de Processamento de Dados

04.126.0003.2.007 – CPD – Centro de Processamento de Dados

3.3.90.39.00.0000 – Outros Serviços de Terceiros PJ – 01000 – 59.....R\$65.000,00

08.00 – Fundo Municipal de Saúde

08.04 – Divisão de Média e Alta Complexidade

10.302.0008.2.048 – Serviço Hospitalar e Ambulatorial

3.3.90.39.00.0000 – Outros Serviços de Terceiros PJ – 01000 – 440.....R\$433.484,55

3.3.90.39.00.0000 – Outros Serviços de Terceiros PJ – 01303 – 441.....R\$205.000,00

11.00 – Secretaria Agricultura Sustentável e Abastecimento

11.02 – Divisão de Desenvolvimento Rural

20.606.0012.2.075 – Manutenção do Desenvolvimento Rural

3.3.90.39.00.0000 – Outros Serviços de Terceiros PJ – 01000 – 626.....R\$80.000,00

**TOTAL.....R\$783.484,55**

**Art. 2º** O Crédito Adicional Suplementar autorizado no artigo anterior, será custeado com recursos provenientes da anulação parcial/total das seguintes dotações do orçamento vigente, conforme preceitua o inciso III do § 1º do art. 43 da Lei 4.320/64, conforme segue:

08.00 – Fundo Municipal de Saúde

08.02 – Divisão de Atenção Básica

10.301.0008.2.044 – Manutenção da Divisão de Saúde

3.3.50.41.00.0000 – Contribuições – 01000 – 368.....R\$298.484,55

3.3.90.39.00.0000 – Outros Serviços Terceiros PF – 01000 – 373.....R\$70.000,00

10.301.0008.2.046 – Manutenção da Saúde Bucal



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT – BRY PDDE. A Prefeitura Municipal de Medianeira da garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site <http://www.medianeira.pr.gov.br/>

Arquivo Assinado Digitalmente por MARIA JAQUELINA STEINBACH - SERASA  
Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil





# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

# DIÁRIO OFICIAL

[www.medianeira.pr.gov.br](http://www.medianeira.pr.gov.br)

De acordo com as Leis Municipais 134/2010 e 157/2011

QUARTA-FEIRA, 5 DE OUTUBRO DE 2011

ANO: I Nº: 0125

EDIÇÃO DE HOJE: 35 PÁGINA(S)

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

3.3.90.30.00.0000 – Material de Consumo – 01000 – 386.....R\$15.000,00

3.3.90.30.00.0000 – Material de Consumo – 01303 – 387.....R\$20.000,00

3.3.90.39.00.0000 – Outros Serviços de Terceiros PJ – 01000 – 388.....R\$50.000,00

3.3.90.39.00.0000 – Outros Serviços de Terceiros PJ – 01303 – 389.....R\$20.000,00

10.301.0008.2.047 – Manutenção da Saúde da Família

3.3.90.39.00.0000 – Outros Serviços de Terceiros PJ – 01303 – 405.....R\$80.000,00

10.301.0008.2.091 – Manutenção do Centro Materno Infantil

3.3.90.30.00.0000 – Material de Consumo – 01303 – 413.....R\$25.000,00

08.04 – Divisão de Média e Alta Complexidade

10.301.0008.2.041 – Manutenção CEO – Centro E. Odontológicas

3.3.90.30.00.0000 – Material de Consumo – 01303 – 433.....R\$20.000,00

3.3.90.39.00.0000 – Outros Serviços de Terceiros PJ – 01303 – 435.....R\$40.000,00

11.00 – Secretaria Agricultura Sustentável e Abastecimento

11.02 – Divisão de Desenvolvimento Rural

20.606.0012.2.075 – Manutenção do Desenvolvimento Rural

4.4.90.52.00.0000 – Equip. e Material Permanente – 01000 – 628.....R\$22.000,00

11.03 – Divisão de Meio Ambiente

17.511.0013.2.077 – Abastecedouros Comunitários

3.3.90.30.00.0000 – Material de Consumo – 01000 – 629.....R\$30.000,00

17.511.0013.2.078 – Implantação do Micro Sistema de Água

3.3.90.30.00.0000 – Material de Consumo – 01000 – 630.....R\$10.000,00

3.3.90.39.00.0000 – Outros Serviços de Terceiros PJ – 01000 – 631.....R\$18.000,00

13.00 – Secretaria Municipal de Esportes

13.02 – Divisão de Esportes

27.812.0015.2.085 – Manutenção das Competições Esportivas

3.3.50.41.00.0000 – Contribuições – 01000 – 693.....R\$30.972,80

27.812.0015.2.086 – Manutenção das Atividades Esportivas

3.3.90.30.00.0000 – Material de Consumo – 01000 – 700.....R\$34.027,20

**TOTAL.....R\$783.484,55**

**Art. 3º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, fica revogado na íntegra os Decretos nº 368/2011, 369/2011, 375/2011, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal 25 de Julho, Medianeira, 05 de outubro de 2011.

Elias Carrer  
**Prefeito**

Registrado e Publicado nesta Secretaria.

Ione Luiz Farias  
**Secretário de Administração**



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT – BRY PDDE. A Prefeitura Municipal de Medianeira da garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site <http://www.medianeira.pr.gov.br/>

Arquivo Assinado Digitalmente por MARIA JAQUELINA STEINBACH - SERASA  
Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil





# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

# DIÁRIO OFICIAL

[www.medianeira.pr.gov.br](http://www.medianeira.pr.gov.br)

De acordo com as Leis Municipais 134/2010 e 157/2011

QUARTA-FEIRA, 5 DE OUTUBRO DE 2011

ANO: I Nº: 0125

EDIÇÃO DE HOJE: 35 PÁGINA(S)

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

### DECRETO Nº 430/2011, de 05 de outubro de 2011.

**Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder a abertura de Crédito Adicional suplementar ao orçamento vigente, e dá outras providências.**

O PREFEITO DE MEDIANEIRA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI Nº 184/2011, DE 04 DE OUTUBRO DE 2011,

#### **R E S O L V E:**

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à abertura de Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com o que preceitua o inciso I do art. 41 da Lei Federal nº 4.320/64, até a importância de R\$ 390.000,00 (trezentos e noventa mil reais), para a inclusão das seguintes dotações do orçamento vigente, conforme segue:

06.00 – Secretaria Municipal de Finanças

06.03 – Divisão de Tesouraria

28.846.0006.0.001 – Amortização e Encargos da Dívida

3.2.90.21.00.0000 – Juros s/ a Dívida por Contrato - 01000 – 197.....R\$140.000,00

3.2.91.21.00.0000 – Juros s/ a Dívida por Contrato – RPPS - 01000 – 199.....R\$30.000,00

07.00 – Secretaria Municipal de Educação

07.03 – Divisão de Educação Infantil

12.365.0007.2.029 – Manutenção e Coordenação da Educação Infantil

3.3.90.39.00.0000 – Outros Serviços Terceiros PJ – 01000 – 280.....R\$100.000,00

**TOTAL.....R\$390.000,00**

**Art. 2º.** O Crédito Adicional Suplementar autorizado no artigo anterior, será custeado com recursos provenientes da anulação parcial/total das seguintes dotações do orçamento vigente, conforme preceitua o inciso III do § 1º do art. 43 da Lei 4.320/64, conforme segue:

06.00 – Secretaria Municipal de Finanças

06.04 – Divisão de Tesouraria

04.123.0005.2.020 – Manutenção da Tesouraria

3.1.91.92.00.0000 – Despesas de Exercícios Anteriores – 01000 – 188.....R\$390.000,00

**TOTAL.....R\$390.000,00**

**Art. 3º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal 25 de Julho, Medianeira, 05 de outubro de 2011.

Elias Carrer  
**Prefeito**

Registrado e Publicado nesta Secretaria.

Ione Luiz Farias  
**Secretário de Administração**

### DECRETO Nº 431/2011, de 05 de outubro de 2011.

**Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder a abertura de Crédito Adicional Especial ao orçamento vigente, e dá outras providências.**

O PREFEITO DE MEDIANEIRA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI Nº 179/2011, DE 04 DE OUTUBRO DE 2011,

#### **R E S O L V E:**

**Art. 1º.** Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder à abertura de Crédito Adicional Especial, em conformidade com o inciso II do art. 41 da Lei Federal nº 4.320/64, até a importância de R\$ 1.520,00 (Um mil, quinhentos e vinte reais), para a



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

# DIÁRIO OFICIAL

[www.medianeira.pr.gov.br](http://www.medianeira.pr.gov.br)

De acordo com as Leis Municipais 134/2010 e 157/2011

QUARTA-FEIRA, 5 DE OUTUBRO DE 2011

ANO: I Nº: 0125

EDIÇÃO DE HOJE: 35 PÁGINA(S)

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

inclusão da seguinte dotação ao orçamento vigente, conforme segue:

09.00 – Secretaria Promoção e Assistência Social  
09.03 – Fundo Municipal Assistência Social  
08.244.0010.2.054 – Fundo Municipal Assistência Social  
3.3.90.30.00.0000 – Material de Consumo –  
31798.....R\$1.520,00  
  
**TOTAL.....R\$1.520,00**

**Art. 2º.** O Crédito Adicional Especial autorizado no artigo anterior, será custeado com recursos provenientes de excesso/provável excesso de arrecadação apurado na fonte, no exercício financeiro de 2011, em conformidade com o disposto no inciso II do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, conforme segue:

Fonte nº – 31798 – FNAS – PSB  
Infância.....R\$1.520,00  
  
**TOTAL.....R\$1.520,00**

**Art. 3º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal 25 de Julho, Medianeira, 05 de outubro de 2011.

Elias Carrer  
**Prefeito**

**DECRETO Nº 432/2011, de 05 de outubro de 2011.**

**Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder a abertura de Crédito Adicional Especial ao orçamento vigente, e dá outras providências.**

**O PREFEITO DE MEDIANEIRA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI Nº 175/2011, DE 04 DE OUTUBRO DE 2011,**

### **R E S O L V E:**

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à abertura de Crédito Adicional Especial ao orçamento vigente, em conformidade com o inciso II do art. 41 da Lei Federal nº 4.320/64, até o valor de R\$ 170.613,00 (Cento e setenta mil, seiscentos e treze reais), para a inclusão das seguintes dotações ao orçamento vigente no exercício financeiro de 2011, conforme segue:

10.00 – Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
10.03 – Divisão de Infra-Estrutura Urbana  
15.451.0011.1.009 – Pavimentação Urbana  
4.4.90.51.00.0000 – Obras e Instalações –  
31830.....R\$170.613,00  
  
**TOTAL.....R\$170.613,00**

**Art. 2º.** O Crédito Adicional Especial autorizado no art. 1º, será custeado com recursos provenientes de excesso/provável excesso de arrecadação apurado na fonte, provenientes do SEDU / PARANACIDADE Convênio. nº. 186/10, em conformidade com o disposto no inciso II do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº. 4.320/64.

Fonte nº. 31830 – SEDU / PARANACIDADE Conv. nº.  
186/10.....R\$170.613,00



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT – BRY PDDE. A Prefeitura Municipal de Medianeira da garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site <http://www.medianeira.pr.gov.br/>

Arquivo Assinado Digitalmente por MARIA JAQUELINA STEINBACH - SERASA  
Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

## DIÁRIO OFICIAL

[www.medianeira.pr.gov.br](http://www.medianeira.pr.gov.br)

De acordo com as Leis Municipais 134/2010 e 157/2011

QUARTA-FEIRA, 5 DE OUTUBRO DE 2011

ANO: I Nº: 0125

EDIÇÃO DE HOJE: 35 PÁGINA(S)

### ATOS DO PODER EXECUTIVO

**TOTAL.....R\$170.613,00**

**Art. 3º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando na íntegra o Decreto nº 396/2011 e as disposições em contrário.

Paço Municipal 25 de Julho, Medianeira, 05 de outubro de 2011.

Elias Carrer  
**Prefeito**

Registrado e Publicado nesta Secretaria.

Ione Luiz Farias  
**Secretário de Administração**

**DECRETO Nº 433/2011, de 05 de outubro de 2011.**

**Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder a abertura de Crédito Adicional Especial ao orçamento vigente, e dá outras providências.**

**O PREFEITO DE MEDIANEIRA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI Nº 176/2011, DE 04 DE OUTUBRO DE 2011,**

#### **R E S O L V E:**

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à abertura de Crédito Adicional Especial, em conformidade com o que preceitua o inciso II do art. 41 da Lei Federal nº 4.320/64, até a importância de R\$ 11.100,00 (Onze mil e cem reais), para a Inclusão das seguintes dotações do orçamento vigente, conforme segue:

11.00 – Secretaria Agricultura Sustentável e Abastecimento

11.02 – Divisão de Desenvolvimento Rural

20.606.0012.2.075 – Manutenção do Desenvolvimento Rural

3.3.90.39.00.0000 – Outros Serviços de Terceiros PJ – 01000 – 626.....R\$11.100,00

**TOTAL.....R\$11.100,00**

**Art. 2º** O Crédito Adicional Especial autorizado no artigo anterior, será custeado com recursos provenientes da anulação parcial/total das seguintes dotações do orçamento vigente, conforme preceitua o inciso III do § 1º do art. 43 da Lei 4.320/64, conforme segue:  
11.00 – Secretaria Agricultura Sustentável e Abastecimento

11.02 – Divisão de Desenvolvimento Rural

20.606.0012.1.020 – Aquisição de Bens para extensão Rural

4.4.90.52.00.0000 – Equip. e Material Permanente – 01000 – 1785.....R\$11.100,00

**TOTAL.....R\$11.100,00**

**Art. 3º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 374/2011 de 29 de agosto, e as disposições em contrário.

Paço Municipal 25 de Julho, Medianeira, 05 de outubro de 2011.

Elias Carrer  
**Prefeito**

Registrado e Publicado nesta Secretaria.

Ione Luiz Farias  
**Secretário de Administração**



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

# DIÁRIO OFICIAL

[www.medianeira.pr.gov.br](http://www.medianeira.pr.gov.br)

De acordo com as Leis Municipais 134/2010 e 157/2011

QUARTA-FEIRA, 5 DE OUTUBRO DE 2011

ANO: I Nº: 0125

EDIÇÃO DE HOJE: 35 PÁGINA(S)

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

**DECRETO Nº 434/2011, de 05 de outubro de 2011.**

**Concede Progressão Vertical.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE MEDIANEIRA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI Nº 085/05 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2005 E LEI Nº 121/08 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2008,

### DECRETA:

**Art. 1º** Fica concedido progressão vertical para a Servidora Pública Municipal ROSELI PEREIRA BELARMINO SIQUELERO, brasileira, portadora do RG nº 7.305.453-2/PR e CPF nº 035.853.149-70, do cargo de Secretária Escolar II – Nível III para Secretária Escolar III – Nível III, a partir de 07 de junho de 2011, lotado na Secretaria de Educação, por 40 horas semanais.

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 07 de junho de 2011.

Paço Municipal 25 de Julho, Medianeira, 05 de outubro de 2011.

Elias Carrer  
**Prefeito**

Registrado e Publicado nesta Secretaria.

Ione Luiz Farias  
**Secretário de Administração**

**DECRETO Nº 435/2011, de 05 de outubro de 2011.**

**Concede Progressão Vertical.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE MEDIANEIRA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI Nº 063/08 DE 26 DE JUNHO DE 2008 E ALTERAÇÕES POSTERIORES,

### DECRETA:

**Art. 1º** Fica concedido progressão vertical para a Servidora Pública Municipal RAQUEL MARIA FRACARO, brasileira, portadora do RG nº 6.733.038-2/PR, CPF nº 015.544.629-08, do cargo de Professor 4A – Nível XIII para Professor 5A – Nível XIII (1º turno por 20h semanais) e Professor 4A – Nível IX para Professor 5A – Nível IX (2º turno por 20h semanais) a partir de 01 de setembro de 2011, lotado na Secretaria de Educação.

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 01 de setembro de 2011.

Paço Municipal 25 de Julho, Medianeira, 05 de outubro de 2011.

Elias Carrer  
**Prefeito**

Registrado e Publicado nesta Secretaria.

Ione Luiz Farias  
**Secretário de Administração**



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT – BRY PDDE. A Prefeitura Municipal de Medianeira da garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site <http://www.medianeira.pr.gov.br/>

Arquivo Assinado Digitalmente por MARIA JAQUELINA STEINBACH - SERASA  
Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

# DIÁRIO OFICIAL

[www.medianeira.pr.gov.br](http://www.medianeira.pr.gov.br)

De acordo com as Leis Municipais 134/2010 e 157/2011

QUARTA-FEIRA, 5 DE OUTUBRO DE 2011

ANO: I Nº: 0125

EDIÇÃO DE HOJE: 35 PÁGINA(S)

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

**DECRETO Nº 436/2011, de 05 de outubro de 2011.**

**Dispõe sobre a aprovação do Loteamento Natura Ville, localizado no perímetro urbano da Cidade do Município de Medianeira, e dá outras providências.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE MEDIANEIRA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,**

### **D E C R E T A:**

**Art.1º** Fica aprovado o **LOTEAMENTO NATURA VILLE**, com finalidade residencial e comercial, resultante do parcelamento de **parte da chácara 80 e 81 com 26.150,00m²** de propriedade da empresa **INVESTE IMOBILIÁRIA E INCORPORADORA LTDA** situado no perímetro urbano da Cidade do Município de Medianeira, Estado do Paraná, registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Medianeira, **matrícula nº 29.823**, tudo de acordo com mapas e memorial descritivo anexo, que fazem parte integrante do presente Decreto, tendo os seguintes limites e confrontações:

### **LIMITES E CONFRONTAÇÕES**

Parte da chácara 80 e 81 com 26.150,00m²

**AO NORTE:** Por uma linha reta com 102,00 metros de extensão e azimuth 67°18'12", confronta com a Rua Minas Gerais.

**AO SUL:** Por uma linha reta com 121,49 metros de extensão e azimuth 247°24'56", confronta com a Rua Mato Grosso.

**AO LESTE:** Por uma linha reta com 240,00 metros de extensão e azimuth 169°46'14", confronta com parte da chácara 81.

**AO OESTE:** Por uma linha reta com 244,72 metros de extensão e azimuth 354°14'33", confronta com parte da chácara 80.

**Art.2º** Fica o Loteador obrigado a apresentar a Prefeitura Municipal de Medianeira, antes da liberação do Alvará do Loteamento, as seguintes peças gráficas que constituirão a infra-estrutura mínima do Loteamento:

**I** – projeto detalhado de arruamento, incluindo planta com dimensões angulares e lineares dos traçados, perfis longitudinais e transversais e detalhes dos meios fios, sarjetas e pavimentações;

**II** – projeto detalhado das galerias de águas pluviais e obras complementares necessárias;

**III** – projeto da rede de distribuição abastecimento de água potável;

**IV** – projeto da Rede de Distribuição de Energia Elétrica;

**V** – projeto do sistema de esgoto sanitário.

**§ 1º** - Os projetos de execução citados neste artigo deverão ser acompanhados de orçamento e cronograma físico-financeiro.

**§ 2º** - O Loteador deverá ainda apresentar a Anuência do IAP – Instituto Ambiental do Paraná correspondente a implantação do presente Loteamento.

**Art. 3º** As despesas decorrentes da infra-estrutura exigida, conforme o artigo anterior, serão de responsabilidade da empresa Investe Imobiliária e Incorporadora Ltda, proprietária deste Loteamento.

**Parágrafo Único:** O Loteador terá o prazo máximo de 02 (dois) anos, a contar da data da publicação deste Decreto, para execução da infra-estrutura a que alude o presente artigo, conforme Termo de Compromisso a ser firmado por ocasião do recebimento do Alvará do Loteamento.

**Art. 4º** Para garantia da execução das obras e serviços da infra-estrutura urbana exigida conforme os artigos anteriores do presente Decreto, ficará caucionado um percentual da área total do loteamento, cujos valores correspondam ao custo dos serviços da obra.

**Art. 5º** Uma vez realizadas todas as obras e serviços exigidos para o loteamento, o loteador ou seu representante legal requererá à Prefeitura, através de requerimento, que seja feita a vistoria através de seu órgão competente.

**§ 1º** - Após a vistoria, a Prefeitura expedirá o Laudo de vistoria, caso todas as obras estejam de acordo com as exigências municipais.

**§ 2º** - O loteamento poderá ser liberado em etapas, desde que na parcela em questão, esteja implantada e em perfeito funcionamento toda a infra-estrutura exigida por esta Lei.

**Art. 6º** Esgotados os prazos previstos, caso não tenham sido realizadas as obras e os serviços exigidos para o loteamento, a Prefeitura Municipal executá-los-á e promoverá a ação competente para adjudicar ao seu patrimônio os lotes caucionados na forma deste





# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

# DIÁRIO OFICIAL

[www.medianeira.pr.gov.br](http://www.medianeira.pr.gov.br)

De acordo com as Leis Municipais 134/2010 e 157/2011

QUARTA-FEIRA, 5 DE OUTUBRO DE 2011

ANO: I Nº: 0125

EDIÇÃO DE HOJE: 35 PÁGINA(S)

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

Decreto, que se constituirão em bem público do Município.

**Art. 7º** Qualquer alteração ou cancelamento parcial do loteamento registrado dependerá da aprovação da Prefeitura Municipal, devendo ser averbado no Cartório de Registro de Imóveis, em complemento ao projeto original.

**§ 1º** - Em se tratando de simples alteração de perfis, o interessado apresentará novas plantas, de conformidade com o disposto na Lei, para que seja feita a anotação de modificação no Alvará de Loteamento pela Prefeitura Municipal.

**§ 2º** - Quando houver mudança substancial do plano, o projeto será examinado no todo ou parte alterada observando as disposições desta Lei e aquelas constantes no Alvará ou deste Decreto, expedindo-se então, o novo alvará e baixando-se o Decreto de alteração.

**§ 3º** - O cancelamento não poderá incidir sobre imóveis vendidos.

**Art. 8º** Por ocasião do registro do Loteamento Natura Ville, no Cartório do Registro de Imóveis será repassado ao domínio do Município, a área de 11.090,75 m², correspondente a 42,41% do terreno, constituída dos seguintes imóveis:

**I - área destinada a área verde e de lazer com 5.490,97 m².**

**II - área destinada abertura de vias com 5.599,78 m².**

Parágrafo Único. As despesas provenientes da matrícula destes imóveis a favor do Município de Medianeira serão de responsabilidade do Loteador.

**Art. 9º** Após a aprovação do projeto definitivo, o loteador deverá submeter o loteamento ao registro junto ao Cartório do Registro de Imóveis desta Comarca em prazo máximo de 180 dias, contados a partir da aprovação do projeto definitivo.

**Art. 10** A Secretaria Municipal de Planejamento, satisfeitas as exigências constantes do presente Decreto, Lei de Parcelamento do Solo Urbano e demais legislação que rege a matéria, emitirá o correspondente Alvará do Loteamento Natura Ville.

**Art. 11** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Elias Carrer  
Prefeito

Registrado e Publicado nesta Secretaria.

Ione Luiz Farias  
Secretário de Administração

### LEI Nº 171/2011, de 04 de outubro de 2011.

**Estabelece a revisão do vencimento base das categorias em epígrafe, pertencentes ao Grupo GOGP – Grupo Ocupacional Geral Permanente, e dá outras providências.**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE MEDIANEIRA**, Estado do Paraná, aprovou e o Prefeito Municipal, sanciona a seguinte,

### L E I:

**Art. 1º** Os vencimentos básicos dos cargos de provimento efetivo dos cargos de: Agente de Saúde, Agente Social, Armador, Atendente de Creche, Auxiliar de Topografia, Auxiliar Serviços Gerais, Auxiliar Administrativo, Auxiliar Mecânico, Assistente Administrativo, Borracheiro, Carpinteiro, Chapeador, Eletricista de Veículos, Encanador, Fiscal, Jardineiro, Lavador, Lixeiro, Merendeira, Oficial Administrativo, Operador de Raio X, Pavimentador, Pedreiro, Pintor, Secretária Escolar, Soldador, Telefonista, Vigia, integrantes do quadro de pessoal do Grupo Ocupacional Geral Permanente – GOGP, estabelecidos pela Lei Municipal nº 085/2005 de 16 de novembro de 2005, constantes do *Anexo I*, parte integrante desta, passam a vigorar com os valores ali constantes, a partir de 01 de setembro 2011.

**Parágrafo Único** – Os referidos valores obedecerão aos critérios constantes da classe I do Anexo I – GOGP.

**Art. 2º** As disposições desta Lei aplicam-se, no que couber, aos servidores celetistas, contratados, inativos e pensionistas.

Paço Municipal 25 de Julho, Medianeira, 05 de outubro de 2011.



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

# DIÁRIO OFICIAL

[www.medianeira.pr.gov.br](http://www.medianeira.pr.gov.br)

De acordo com as Leis Municipais 134/2010 e 157/2011

QUARTA-FEIRA, 5 DE OUTUBRO DE 2011

ANO: I Nº: 0125

EDIÇÃO DE HOJE: 35 PÁGINA(S)

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor a partir de 01 de setembro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal 25 de Julho, Medianeira, 04 de outubro de 2011.

Elias Carrer  
**Prefeito**

Cargos	Nível de Formação	Nº de Cargos/Vagas	Carga Horária Semanal	Vencimentos Iniciais em R\$
Agente de Saúde	Ensino Fundamental Incompleto	15	40h	603,93
Agente Social	Ensino Fundamental Incompleto	25	40h	603,93
Armador	Ensino Fundamental Incompleto	04	40h	603,93
Assistente Administrativo	Ensino Fundamental Completo	25	40h	1.209,28
Atendente de Creche	Ensino Fundamental Incompleto	10	40h	603,93
Auxiliar de Topografia	Ensino Fundamental Completo	04	40h	890,95
Auxiliar de Serviços Gerais	Ensino Fundamental Incompleto	240	40h	603,93
Auxiliar Administrativo	Ensino Fundamental Completo	50	40h	890,95
Auxiliar Mecânico	Ensino Fundamental Incompleto	03	40h	603,93
Borracheiro	Ensino Fundamental Incompleto	02	40h	603,93
Carpinteiro	Ensino Fundamental Incompleto	10	40h	603,93
Chapeador	Ensino Fundamental Incompleto	03	40h	603,93
Eletricista de Veículos	Ensino Fundamental Incompleto	03	40h	603,93

Encanador	Ensino Fundamental Incompleto	02	40h	603,93
Fiscal	Ensino Fundamental Incompleto	06	40h	890,95
Jardineiro	Ensino Fundamental Incompleto	04	40h	603,93
Lavador	Ensino Fundamental Incompleto	02	40h	603,93
Lixeiro	Ensino Fundamental Incompleto	08	40h	603,93
Merendeira	Ensino Fundamental Incompleto	20	40h	603,93
Oficial Administrativo	Ensino Superior Completo	05	40h	1.857,32
Operador de Raio X	Ensino Fundamental Incompleto	03	30h	603,93
Pavimentador	Ensino Fundamental Incompleto	03	40h	603,93
Pedreiro	Ensino Fundamental Incompleto	20	40h	603,93
Pintor	Ensino Fundamental Incompleto	06	40h	603,93
Secretária Escolar	Ensino Fundamental Completo	26	40h	890,95
Soldador	Ensino Fundamental Incompleto	03	40h	603,93
Telefonista	Ensino Fundamental Completo	03	30h	890,95
Vigia	Ensino Fundamental Incompleto	35	40h	603,93



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

# DIÁRIO OFICIAL

www.medianeira.pr.gov.br

De acordo com as Leis Municipais 134/2010 e 157/2011

QUARTA-FEIRA, 5 DE OUTUBRO DE 2011

ANO: I Nº: 0125

EDIÇÃO DE HOJE: 35 PÁGINA(S)

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

**LEI Nº 172/2011, de 04 de outubro de 2011.**

**Autoriza o Poder Executivo Municipal a Instituir o Programa de Recuperação Fiscal de Medianeira - REFIME**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE MEDIANEIRA**, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

### **L E I:**

**Art. 1º** Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal de Medianeira – REFIME, destinado a promover a regularização de créditos do Município, tributários ou não tributários, vencidos até 31 de dezembro de 2010, constituídos ou não, inscritos ou não inscritos em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não.

**Art. 2º** Os créditos citados no artigo anterior poderão ser pagos de acordo com a seguinte tabela:

Forma de Pagamento	Percentual de Anistia	
	Juros	Multas
À vista até 23/12/2011	100%	100%
Em até 03 (três) meses	95%	95%
Em até 06 (seis) meses	85%	85%

**Art. 3º** O valor da parcela não pode ser inferior a R\$ 55,00 (cinquenta e cinco reais).

**Art. 4º** O pedido de parcelamento deverá ser requerido pelo contribuinte ou seu representante legal através de petição, onde deverá constar, obrigatoriamente, o nome do contribuinte, endereço, origem da dívida, o valor do débito e o número de parcelas pretendidas.

§ 1º Tratando-se de créditos inscritos em dívida ativa ajuizada, o pedido de parcelamento deverá ser instruído com a prova de oferecimento de bens em juízo, em valor suficiente para a garantia do parcelamento.

§ 2º Na falta ou insuficiência de bens para a garantia do parcelamento, na forma do parágrafo anterior, o contribuinte deverá apresentar outras garantias a critério do fisco.

**Art. 5º** Os contribuintes com débitos tributários já parcelados poderão aderir ao REFIME, pelo saldo devedor da dívida até a data da adesão.

**Art. 6º** A decisão sobre pedido de parcelamento é de competência do Secretário Municipal de Finanças.

**Art. 7º** Deferido o pedido, o contribuinte deverá apresentar os seguintes documentos, quando da assinatura do Termo de Acordo de Parcelamento:

I – prova da quitação da primeira parcela;

II – prova da quitação das custas processuais, caso o crédito já estiver ajuizado; e

III – as garantias exigidas pelo fisco.

**Art. 8º** O indeferimento do pedido de parcelamento será comunicado ao contribuinte pessoalmente ou através de Aviso de Recebimento (AR), no endereço indicado pelo contribuinte por ocasião do pedido.

**Art. 9º** O não comparecimento do contribuinte, em 30 (trinta) dias após o pedido de parcelamento, ensejará na sua renúncia ao pedido.

**Art. 10** Acarretará a rescisão automática do parcelamento a falta de pagamento de 3 (três) parcelas consecutivas, ensejando o vencimento antecipado das parcelas vincendas.

§ 1º Sobre as parcelas vencidas serão aplicados os encargos previstos da Lei Municipal nº 051/98 de 17 de dezembro de 1998.

§ 2º No caso de rescisão, serão acrescidos à dívida, os valores anistiados de multa e os valores referentes aos juros não cobrados.

**Art. 11** O parcelamento poderá ser restabelecido por solicitação do contribuinte, com os mesmos benefícios anteriormente concedidos pela metade do número de parcelas do parcelamento anterior.

**Art. 12** Fica excluído do Programa de Recuperação Fiscal do Município, o Imposto sobre Transferência de Bens Imóveis (I.T.B. I).

**Art. 13** O Executivo fica autorizado a expedir as instruções necessárias ao cumprimento desta Lei, através de Decreto.

**Art. 14** O prazo para adesão ao REFIME encerra-se no dia 23 de dezembro de 2011, podendo ser prorrogado pelo Executivo Municipal, através de Decreto.

**Art. 15** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal 25 de Julho, Medianeira, 04 de outubro de 2011.

Elias Carrer  
Prefeito



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT – BRY PDDE. A Prefeitura Municipal de Medianeira da garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site <http://www.medianeira.pr.gov.br/>

Arquivo Assinado Digitalmente por MARIA JAQUELINA STEINBACH - SERASA  
Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

# DIÁRIO OFICIAL

[www.medianeira.pr.gov.br](http://www.medianeira.pr.gov.br)

De acordo com as Leis Municipais 134/2010 e 157/2011

QUARTA-FEIRA, 5 DE OUTUBRO DE 2011

ANO: I Nº: 0125

EDIÇÃO DE HOJE: 35 PÁGINA(S)

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

**LEI Nº 173/2011, de 04 de outubro de 2011.**

**Altera salário base da tabela dos Anexos Únicos, parte integrante das Leis nº 095/2005 e 096/2005 para os cargos de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Endemias e Lei nº 008/2011, e dá outras providências**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE MEDIANEIRA**, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito, sanciono a seguinte,

### **L E I:**

**Art. 1º** Fica alterado salário base da tabela do Anexo Único, parte integrante das Leis nº 095/05 e 096/05 de 16 de novembro de 2005 para os cargos de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Endemias, que dispõe sobre a criação de Empregos Públicos, no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Medianeira e Lei nº 008/2011 que autoriza a realização de teste seletivo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

***“salário mensal de R\$ 603,98 (seiscentos e três reais e noventa e oito centavos).”***

**Art. 2º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de setembro de 2011.

Paço Municipal 25 de Julho, Medianeira, 04 de outubro de 2011.

Elias Carrer  
Prefeito

**LEI Nº 174/2011, de 04 de outubro de 2011.**

**Altera dispositivo do Artigo 194 da Lei nº 051/1998 – Código Tributário Municipal, e dá outras providências.**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE MEDIANEIRA**, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito, sanciono a seguinte,

### **L E I:**

**Art.1º** Fica alterado o § 2º do Artigo 194 da Lei Municipal nº 051/1998 de 17 de dezembro de 1998 – Código Tributário Municipal, que passa a vigorar com a seguinte redação:

***“Art. 194 (omissis).***

**§ 1º (omissis).**

**§ 2º Na cobrança da Dívida Ativa, a autoridade administrativa poderá autorizar o parcelamento do débito em até 120 parcelas com vencimentos mensais, não devendo o valor de cada parcela ser inferior a 10% do salário mínimo vigente.”**

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, fica revogada a Lei nº 006/2008 de 24 de janeiro de 2008.

Paço Municipal 25 de Julho, Medianeira, 04 de outubro de 2011.

Elias Carrer  
Prefeito



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

# DIÁRIO OFICIAL

[www.medianeira.pr.gov.br](http://www.medianeira.pr.gov.br)

De acordo com as Leis Municipais 134/2010 e 157/2011

QUARTA-FEIRA, 5 DE OUTUBRO DE 2011

ANO: I Nº: 0125

EDIÇÃO DE HOJE: 35 PÁGINA(S)

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

**LEI Nº 175/2011, de 04 de outubro de 2011.**

**Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder a abertura de Crédito Adicional Especial ao orçamento vigente, e dá outras providências.**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE MEDIANEIRA**, Estado do Paraná, por seus representantes, aprovou e eu, o Prefeito, sanciono a seguinte,

### **L E I**

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à abertura de Crédito Adicional Especial ao orçamento vigente, em conformidade com o inciso II do art. 41 da Lei Federal nº 4.320/64, até o valor de R\$ 170.613,00 (Cento e setenta mil, seiscentos e treze reais), para a inclusão das seguintes dotações ao orçamento vigente no exercício financeiro de 2011, conforme segue:

10.00 – Secretaria de Obras e Serviços Públicos

10.03 – Divisão de Infra-Estrutura Urbana

15.451.0011.1.009 – Pavimentação Urbana

4.4.90.51.00.0000 – Obras e Instalações –  
31830.....R\$170.613,00

**TOTAL.....R\$170.613,00**

**Art. 2º.** O Crédito Adicional Especial autorizado no art. 1º, será custeado com recursos provenientes de excesso/provável excesso de arrecadação apurado na fonte, provenientes do SEDU / PARANACIDADE Convênio. nº. 186/10, em conformidade com o disposto no inciso II do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº. 4.320/64.

Fonte nº. 31830 – SEDU / PARANACIDADE Conv. nº.  
186/10.....R\$170.613,00

**TOTAL.....R\$170.613,00**

**Art. 3º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando na íntegra a Lei Municipal nº 161/2011 e as disposições em contrário.

Paço Municipal 25 de Julho, Medianeira, 04 de outubro de 2011.

Elias Carrer  
**Prefeito**

**LEI Nº 176/2011, de 04 de outubro de 2011.**

**Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder a abertura de Crédito Adicional Especial ao orçamento vigente, e dá outras providências.**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE MEDIANEIRA**, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte,

### **L E I:**

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à abertura de Crédito Adicional Especial, em conformidade com o que preceitua o inciso II do art. 41 da Lei Federal nº 4.320/64, até a importância de R\$ 11.100,00 (Onze mil e cem reais), para a Inclusão das seguintes dotações do orçamento vigente, conforme segue:

11.00 – Secretaria Agricultura Sustentável e Abastecimento

11.02 – Divisão de Desenvolvimento Rural





# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

# DIÁRIO OFICIAL

[www.medianeira.pr.gov.br](http://www.medianeira.pr.gov.br)

De acordo com as Leis Municipais 134/2010 e 157/2011

QUARTA-FEIRA, 5 DE OUTUBRO DE 2011

ANO: I Nº: 0125

EDIÇÃO DE HOJE: 35 PÁGINA(S)

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

20.606.0012.2.075 – Manutenção do Desenvolvimento Rural

3.3.90.39.00.0000 – Outros Serviços de Terceiros PJ – 01000 – 626.....R\$11.100,00

**TOTAL.....R\$11.100,00**

**Art. 2º** O Crédito Adicional Especial autorizado no artigo anterior, será custeado com recursos provenientes da anulação parcial/total das seguintes dotações do orçamento vigente, conforme preceitua o inciso III do § 1º do art. 43 da Lei 4.320/64, conforme segue:

11.00 – Secretaria Agricultura Sustentável e Abastecimento

11.02 – Divisão de Desenvolvimento Rural

20.606.0012.1.020 – Aquisição de Bens para extensão Rural

4.4.90.52.00.0000 – Equip. e Material Permanente – 01000 – 1785.....R\$11.100,00

**TOTAL.....R\$11.100,00**

**Art. 3º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Lei Municipal nº 151/2011 de 29 de agosto de 2011 e as disposições em contrário.

Paço Municipal 25 de Julho, Medianeira, 04 de outubro de 2011.

**Elias Carrer**  
**Prefeito**

**LEI Nº 177/2011, de 04 de outubro de 2011.**

**Dispõe sobre a 33ª alteração proposta ao Plano Plurianual do município de Medianeira, Paraná, para os exercícios financeiros compreendidos no período de 2010 a 2013, Lei nº 125/2009, e dá outras providências.**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE MEDIANEIRA**, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte,

**L E I:**

**Art. 1º** Em atendimento ao disposto no § 1º do art. 165 da Constituição Federal, inciso VI do art. 7º e inciso I do art. 136 da Lei Orgânica Municipal e no art. 6º da Lei 125/2009, de 29 de outubro de 2009, esta lei estabelece revisão às metas estabelecidas no Plano Plurianual do Município, para os exercícios financeiros compreendidos no período de 2010 a 2013, compreendendo:

- I) ANEXO I - Ampliação de Metas;
- II) ANEXO II – Redução de Metas.

**Art. 2º** Os valores constantes desta lei são apenas referenciais podendo ser ajustados para mais ou para menos em razão de alterações que possam ocorrer no referido objeto e respectivo plano de aplicação, bem como mudanças que possam ocorrer no cenário econômico nacional.

**Art. 3º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal 25 de Julho, Medianeira, 04 de outubro de 2011.

**Elias Carrer**  
**Prefeito**



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

## DIÁRIO OFICIAL

www.medianeira.pr.gov.br

De acordo com as Leis Municipais 134/2010 e 157/2011

QUARTA-FEIRA, 5 DE OUTUBRO DE 2011

ANO: I Nº: 0125

EDIÇÃO DE HOJE: 35 PÁGINA(S)

### ATOS DO PODER EXECUTIVO

#### ANEXO I Ampliação de Metas

PPA 2010-2013 - MUNICÍPIO MEDIANEIRA			
Cód. n.º 06	Órgão Executor: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS		
Cód. n.º 03	Unidade Executora: DIVISÃO DE TESOUREARIA		
Cód. n.º 28	Função: ENCARGOS ESPECIAIS		
Cód. n.º 846	Subfunção: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		
Cód. n.º 06	Programa: SERVIÇOS DA DÍVIDA		
Cód. n.º 0.001	Projeto/Atividade: AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA		
Indicadores: 1			
Desc. ações a serem desenvolvidas: Manutenção das atividades de Amortização de Dívidas e respectivos encargos.			
Quantidade Total: 1		Unidade de Medida: und	
Meta física (qtd.) por exercício			
2010	2011	2012	2013
Mantida	Mantida		
Custo Financeiro por exercício – Recursos Próprios			
2010	2011	2012	2013
0,00	170.000,00		
Custo Financeiro por exercício – Recursos de Parcerias			
2010	2011	2012	2013
0,00	0,00		
Justificativa(s): Amortizar juros com o Parcelamento dos débitos previdenciários do Município com o IPREMED – Instituto de Previdência de Medianeira e AFPR – Agência de Fomento do Paraná.			

PPA 2010-2013 - MUNICÍPIO MEDIANEIRA			
Cód. n.º 09	Órgão Executor: SECRETARIA DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Cód. n.º 03	Unidade Executora: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Cód. n.º 08	Função: ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Cód. n.º 244	Subfunção: ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA		
Cód. n.º 10	Programa: PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Cód. n.º 2.054	Projeto/Atividade: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Indicadores: 1			
Desc. ações a serem desenvolvidas: Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social.			
Quantidade Total: 1		Unidade de Medida: und	
Meta física (qtd.) por exercício			
2010	2011	2012	2013
Mantida	Mantida		
Custo Financeiro por exercício – Recursos Próprios			
2010	2011	2012	2013
0,00	0,00		
Custo Financeiro por exercício – Recursos de Parcerias			
2010	2011	2012	2013
0,00	1.520,00		
Justificativa(s): Aplicação do excesso / provável excesso de arrecadação oriunda de rendimentos obtidos em 2011 com a aplicação financeira dos recursos da fonte 31798 – FNAS – PSB Infância.			

#### ANEXO I Ampliação de Metas

PPA 2010-2013 - MUNICÍPIO MEDIANEIRA			
Cód. n.º 07	Órgão Executor: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Cód. n.º 03	Unidade Executora: DIVISÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL		
Cód. n.º 12	Função: EDUCAÇÃO		
Cód. n.º 365	Subfunção: EDUCAÇÃO INFANTIL		
Cód. n.º 07	Programa: GESTÃO E COORDENAÇÃO EDUCACIONAL		
Cód. n.º 2.029	Projeto/Atividade: MANUTENÇÃO E COORDENAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL		
Indicadores: 1			
Desc. ações a serem desenvolvidas: Manutenção e Coordenação da Educação Infantil.			
Quantidade Total: 1		Unidade de Medida: und	
Meta física (qtd.) por exercício			
2010	2011	2012	2013
Mantida	Mantida		
Custo Financeiro por exercício – Recursos Próprios			
2010	2011	2012	2013
0,00	100.000,00		
Custo Financeiro por exercício – Recursos de Parcerias			
2010	2011	2012	2013
0,00	0,00		
Justificativa(s): Aumento na demanda por serviços de terceiros Pessoa Jurídica na Manutenção da Educação Infantil.			

PPA 2010-2013 - MUNICÍPIO MEDIANEIRA			
Cód. n.º 08	Órgão Executor: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
Cód. n.º 02	Unidade Executora: DIVISÃO DE ATENÇÃO BÁSICA		
Cód. n.º 10	Função: SAÚDE		
Cód. n.º 301	Subfunção: ATENÇÃO BÁSICA		
Cód. n.º 08	Programa: SAÚDE PARA TODOS		
Cód. n.º 2.047	Projeto/Atividade: MANUTENÇÃO DA SAÚDE DA FAMÍLIA		
Indicadores: 1			
Desc. ações a serem desenvolvidas: Manutenção das atividades da Saúde da Família.			
Quantidade Total: 1		Unidade de Medida: und	
Meta física (qtd.) por exercício			
2010	2011	2012	2013
Mantida	Mantida		
Custo Financeiro por exercício – Recursos Próprios			
2010	2011	2012	2013
0,00	50.000,00		
Custo Financeiro por exercício – Recursos de Parcerias			
2010	2011	2012	2013
0,00	0,00		
Justificativa(s): Revogação da Lei nº 144/2011. Novo projeto de lei substitutivo com valor reduzido na dotação Outros Serviços de Terceiros PJ na fonte 01303.			



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

## DIÁRIO OFICIAL

www.medianeira.pr.gov.br

De acordo com as Leis Municipais 134/2010 e 157/2011

QUARTA-FEIRA, 5 DE OUTUBRO DE 2011

ANO: I Nº: 0125

EDIÇÃO DE HOJE: 35 PÁGINA(S)

### ATOS DO PODER EXECUTIVO

#### ANEXO III Redução de Metas

PPA 2010-2013 - MUNICÍPIO MEDIANEIRA			
Cód. n.º 06	Órgão Executor: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS		
Cód. n.º 03	Unidade Executora: DIVISÃO DE TESOUREARIA		
Cód. n.º 04	Função: ADMINISTRAÇÃO		
Cód. n.º 123	Subfunção: ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		
Cód. n.º 05	Programa: GESTÃO TRIBUTÁRIA E FINANCEIRA		
Cód. n.º 2.020	Projeto/Atividade: MANUTENÇÃO DA TESOUREARIA		
Indicadores: 1			
Desc. ações a serem desenvolvidas: Manutenção das atividades da Tesouraria.			
Quantidade Total: 1		Unidade de Medida: und	
Meta física (qtd.) por exercício			
2010	2011	2012	2013
Mantida	Mantida		
Custo Financeiro por exercício – Recursos Próprios			
2010	2011	2012	2013
0,00	390.000,00		
Custo Financeiro por exercício – Recursos de Parcerias			
2010	2011	2012	2013
0,00	0,00		
Justificativa(s): Amortizar juros com o Parcelamento dos débitos previdenciários do Município com o IPREMED – Instituto de Previdência de Medianeira e AFPR – Agência de Fomento do Paraná.			

#### ANEXO III Redução de Metas

PPA 2010-2013 - MUNICÍPIO MEDIANEIRA			
Cód. n.º 13	Órgão Executor: SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER		
Cód. n.º 02	Unidade Executora: DIVISÃO DE ESPORTES		
Cód. n.º 27	Função: DESPORTO E LAZER		
Cód. n.º 812	Subfunção: DESPORTO COMUNITÁRIO		
Cód. n.º 15	Programa: DESENVOLVIMENTO ESPORTIVO E LAZER		
Cód. n.º 2.086	Projeto/Atividade: MANUTENÇÃO DAS COMPETIÇÕES ESPORTIVAS		
Indicadores: 1			
Desc. ações a serem desenvolvidas: Manutenção das Competições Esportivas.			
Quantidade Total: 1		Unidade de Medida: und	
Meta física (qtd.) por exercício			
2010	2011	2012	2013
Mantida	Mantida		
Custo Financeiro por exercício – Recursos Próprios			
2010	2011	2012	2013
0,00	20,00		
Custo Financeiro por exercício – Recursos de Parcerias			
2010	2011	2012	2013
0,00	0,00		
Justificativa(s): Novo projeto de lei para ajuste da diferença apurada na dotação Material de Consumo na Suplementação da meta/ação nº 2.007, ocorrida na Lei municipal nº 143/2011.			

PPA 2010-2013 - MUNICÍPIO MEDIANEIRA			
Cód. n.º 08	Órgão Executor: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
Cód. n.º 04	Unidade Executora: DIVISÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE		
Cód. n.º 10	Função: SAÚDE		
Cód. n.º 302	Subfunção: ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL		
Cód. n.º 08	Programa: SAÚDE PARA TODOS		
Cód. n.º 2.048	Projeto/Atividade: SERVIÇO HOSPITALAR E AMBULATORIAL		
Indicadores: 1			
Desc. ações a serem desenvolvidas: Serviço Hospitalar e Ambulatorial.			
Quantidade Total: 1		Unidade de Medida: und	
Meta física (qtd.) por exercício			
2010	2011	2012	2013
Mantida	Mantida		
Custo Financeiro por exercício – Recursos Próprios			
2010	2011	2012	2013
0,00	50.000,00		
Custo Financeiro por exercício – Recursos de Parcerias			
2010	2011	2012	2013
0,00	0,00		
Justificativa(s): Revogação da Lei nº 144/2011. Novo projeto de lei com valor reduzido na dotação Outros Serviços de Terceiros PJ na fonte 01303.			

Paço Municipal 25 de Julho, Medianeira 04 de outubro de 2011.

Elias Carrer  
Prefeito



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

## DIÁRIO OFICIAL

[www.medianeira.pr.gov.br](http://www.medianeira.pr.gov.br)

De acordo com as Leis Municipais 134/2010 e 157/2011

QUARTA-FEIRA, 5 DE OUTUBRO DE 2011

ANO: I Nº: 0125

EDIÇÃO DE HOJE: 35 PÁGINA(S)

### ATOS DO PODER EXECUTIVO

LEI Nº 178/2011, de 04 de outubro de 2011.

Dispõe sobre a 13ª alteração proposta a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias do município de Medianeira, Estado do Paraná para o exercício financeiro de 2011, Lei nº 165/2010, datada de 17 de dezembro de 2010, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MEDIANEIRA, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte,

#### L E I:

**Art. 1º** Em atendimento ao disposto no § 2º do art. 165 da Constituição Federal, esta lei estabelece revisão às metas estabelecidas na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município, para o exercício financeiro de 2011, compreendendo:

- I) Anexo I – ampliação de metas e prioridades;
- II) Anexo II – redução de metas e prioridades.

**Art. 2º** Os valores constantes desta lei são apenas referenciais podendo ser ajustados para mais ou para menos em razão de alterações que possam ocorrer no referido convênio e respectivo plano de aplicação, bem como mudanças que possam ocorrer no cenário econômico nacional.

**Art. 3º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições e contrário.

Paço Municipal 25 de Julho, Medianeira, 04 de outubro de 2011.

Elias Carrer  
Prefeito

### ANEXO I Ampliação de Metas

LDO 2011 - MUNICÍPIO MEDIANEIRA			
Cód. n.º 06	Órgão Executor: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS		
Cód. n.º 03	Unidade Executora: DIVISÃO DE TESOUREARIA		
Cód. n.º 28	Função: ENCARGOS ESPECIAIS		
Cód. n.º 846	Subfunção: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		
Cód. n.º 06	Programa: SERVIÇOS DA DÍVIDA		
Cód. n.º 0.001	Projeto/Atividade: AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA		
Indicadores: 1			
Desc. ações a serem desenvolvidas: Manutenção das atividades de Amortização de Dívidas e respectivos encargos.			
Quantidade Total: 1		Unidade de Medida: und	
Meta física (qtd.) por exercício			
2010	2011	2012	2013
Mantida	Mantida		
Custo Financeiro por exercício – Recursos Próprios			
2010	2011	2012	2013
0,00	170.000,00		
Custo Financeiro por exercício – Recursos de Parcerias			
2010	2011	2012	2013
0,00	0,00		
Justificativa(s): Amortizar juros com o Parcelamento dos débitos previdenciários do Município com o IPREMED – Instituto de Previdência de Medianeira e AFPR – Agência de Fomento do Paraná.			

LDO 2011 - MUNICÍPIO MEDIANEIRA			
Cód. n.º 09	Órgão Executor: SECRETARIA DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Cód. n.º 03	Unidade Executora: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Cód. n.º 08	Função: ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Cód. n.º 244	Subfunção: ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA		
Cód. n.º 10	Programa: PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Cód. n.º 2.054	Projeto/Atividade: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Indicadores: 1			
Desc. ações a serem desenvolvidas: Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social.			
Quantidade Total: 1		Unidade de Medida: und	
Meta física (qtd.) por exercício			
2010	2011	2012	2013
Mantida	Mantida		
Custo Financeiro por exercício – Recursos Próprios			
2010	2011	2012	2013
0,00	0,00		
Custo Financeiro por exercício – Recursos de Parcerias			
2010	2011	2012	2013
0,00	1.520,00		
Justificativa(s): Aplicação do excesso / provável excesso de arrecadação oriunda de rendimentos obtidos em 2011 com a aplicação financeira dos recursos da fonte 31798 – FNAS – PSB Infância.			



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

## DIÁRIO OFICIAL

www.medianeira.pr.gov.br

De acordo com as Leis Municipais 134/2010 e 157/2011

QUARTA-FEIRA, 5 DE OUTUBRO DE 2011

ANO: I Nº: 0125

EDIÇÃO DE HOJE: 35 PÁGINA(S)

### ATOS DO PODER EXECUTIVO

#### ANEXO I Ampliação de Metas

LDO 2011 - MUNICÍPIO MEDIANEIRA			
Cód. n.º 07	Órgão Executor: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Cód. n.º 03	Unidade Executora: DIVISÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL		
Cód. n.º 12	Função: EDUCAÇÃO		
Cód. n.º 365	Subfunção: EDUCAÇÃO INFANTIL		
Cód. n.º 07	Programa: GESTÃO E COORDENAÇÃO EDUCACIONAL		
Cód. n.º 2.029	Projeto/Atividade: MANUTENÇÃO E COORDENAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL		
Indicadores: 1			
Desc. ações a serem desenvolvidas: Manutenção e Coordenação da Educação Infantil.			
Quantidade Total: 1		Unidade de Medida: und	
Meta física (qtd.) por exercício			
2010	2011	2012	2013
Mantida	Mantida		
Custo Financeiro por exercício – Recursos Próprios			
2010	2011	2012	2013
0,00	100.000,00		
Custo Financeiro por exercício – Recursos de Parcerias			
2010	2011	2012	2013
0,00	0,00		
Justificativa(s): Aumento na demanda por serviços de terceiros Pessoa Jurídica na Manutenção da Educação Infantil.			

LDO 2011 - MUNICÍPIO MEDIANEIRA			
Cód. n.º 08	Órgão Executor: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
Cód. n.º 02	Unidade Executora: DIVISÃO DE ATENÇÃO BÁSICA		
Cód. n.º 10	Função: SAÚDE		
Cód. n.º 301	Subfunção: ATENÇÃO BÁSICA		
Cód. n.º 08	Programa: SAÚDE PARA TODOS		
Cód. n.º 2.047	Projeto/Atividade: MANUTENÇÃO DA SAÚDE DA FAMÍLIA		
Indicadores: 1			
Desc. ações a serem desenvolvidas: Manutenção das atividades da Saúde da Família.			
Quantidade Total: 1		Unidade de Medida: und	
Meta física (qtd.) por exercício			
2010	2011	2012	2013
Mantida	Mantida		
Custo Financeiro por exercício – Recursos Próprios			
2010	2011	2012	2013
0,00	50.000,00		
Custo Financeiro por exercício – Recursos de Parcerias			
2010	2011	2012	2013
0,00	0,00		
Justificativa(s): Revogação da Lei nº 144/2011. Novo projeto de lei substitutivo com valor reduzido na dotação Outros Serviços de Terceiros PJ na fonte 01303.			

#### ANEXO III Redução de Metas

LDO 2011 - MUNICÍPIO MEDIANEIRA			
Cód. n.º 06	Órgão Executor: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS		
Cód. n.º 03	Unidade Executora: DIVISÃO DE TESOUREARIA		
Cód. n.º 04	Função: ADMINISTRAÇÃO		
Cód. n.º 123	Subfunção: ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		
Cód. n.º 05	Programa: GESTÃO TRIBUTÁRIA E FINANCEIRA		
Cód. n.º 2.020	Projeto/Atividade: MANUTENÇÃO DA TESOUREARIA		
Indicadores: 1			
Desc. ações a serem desenvolvidas: Manutenção das atividades da Tesouraria.			
Quantidade Total: 1		Unidade de Medida: und	
Meta física (qtd.) por exercício			
2010	2011	2012	2013
Mantida	Mantida		
Custo Financeiro por exercício – Recursos Próprios			
2010	2011	2012	2013
0,00	390.000,00		
Custo Financeiro por exercício – Recursos de Parcerias			
2010	2011	2012	2013
0,00	0,00		
Justificativa(s): Amortizar juros com o Parcelamento dos débitos previdenciários do Município com o IPREMED – Instituto de Previdência de Medianeira e AFPR – Agência de Fomento do Paraná.			

LDO 2011 - MUNICÍPIO MEDIANEIRA			
Cód. n.º 08	Órgão Executor: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
Cód. n.º 04	Unidade Executora: DIVISÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE		
Cód. n.º 10	Função: SAÚDE		
Cód. n.º 302	Subfunção: ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL		
Cód. n.º 08	Programa: SAÚDE PARA TODOS		
Cód. n.º 2.048	Projeto/Atividade: SERVIÇO HOSPITALAR E AMBULATORIAL		
Indicadores: 1			
Desc. ações a serem desenvolvidas: Serviço Hospitalar e Ambulatorial.			
Quantidade Total: 1		Unidade de Medida: und	
Meta física (qtd.) por exercício			
2010	2011	2012	2013
Mantida	Mantida		
Custo Financeiro por exercício – Recursos Próprios			
2010	2011	2012	2013
0,00	50.000,00		
Custo Financeiro por exercício – Recursos de Parcerias			
2010	2011	2012	2013
0,00	0,00		
Justificativa(s): Revogação da Lei nº 144/2011. Novo projeto de lei com valor reduzido na dotação Outros Serviços de Terceiros PJ na fonte 01303.			





# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

## DIÁRIO OFICIAL

www.medianeira.pr.gov.br

De acordo com as Leis Municipais 134/2010 e 157/2011

QUARTA-FEIRA, 5 DE OUTUBRO DE 2011

ANO: I Nº: 0125

EDIÇÃO DE HOJE: 35 PÁGINA(S)

### ATOS DO PODER EXECUTIVO

#### ANEXO III Redução de Metas

LDO 2011 - MUNICÍPIO MEDIANEIRA			
Cód. n.º 13	Órgão Executor: SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER		
Cód. n.º 02	Unidade Executora: DIVISÃO DE ESPORTES		
Cód. n.º 27	Função: DESPORTO E LAZER		
Cód. n.º 812	Subfunção: DESPORTO COMUNITÁRIO		
Cód. n.º 15	Programa: DESENVOLVIMENTO ESPORTIVO E LAZER		
Cód. n.º 2.086	Projeto/Atividade: MANUTENÇÃO DAS COMPETIÇÕES ESPORTIVAS		
Indicadores: 1			
Desc. ações a serem desenvolvidas: Manutenção das Competições Esportivas.			
Quantidade Total: 1		Unidade de Medida: und	
Meta física (qtd.) por exercício			
2010	2011	2012	2013
Mantida	Mantida		
Custo Financeiro por exercício – Recursos Próprios			
2010	2011	2012	2013
0,00	20,00		
Custo Financeiro por exercício – Recursos de Parcerias			
2010	2011	2012	2013
0,00	0,00		
Justificativa(s): Novo projeto de lei para ajuste da diferença apurada na dotação Material de Consumo na Suplementação da meta/ação nº 2.007, ocorrida na Lei municipal nº 143/2011.			

Paço Municipal 25 de Julho, Medianeira, 04 de outubro de 2011.

Elias Carrer  
Prefeito

#### LEI Nº 180/2011, de 04 de outubro de 2011.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder, a **Concessão de Uso** de imóvel pertencente ao município, para fins de edificação e desenvolvimento de atividades associativas, recreativas e culturais, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MEDIANEIRA, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito sanciona a seguinte,

L E I:

**Art. 1º** Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder a título não oneroso, a **Concessão de Uso**, para fins de edificação e revitalização, a fim de desenvolver atividade associativas, recreativas e culturais, de imóvel de sua propriedade localizado no perímetro urbano do distrito administrativo de Maralúcia, Medianeira, Estado do Paraná, Quadra nº 01, Lote nº 1-A, com área total de 897,18m<sup>2</sup>, com matrícula registrada no cartório de registro de imóveis sob o nº 23.428 contendo Ginásio de Esportes parcialmente destruído pela força da natureza, com área de 798,00m<sup>2</sup>, e Lote nº 5-A, com área total de 1.321,58m<sup>2</sup>, com matrícula registrada no cartório de registro de imóveis sob o nº 23.824, à Entidade sem fins lucrativos "**GRUPO DE ARTE NATIVA CHEIRO DE FLOR**", sediada à Rua Paraíso, 25, Distrito Administrativo de Maralúcia, CEP 858884-000, Município de Medianeira – PR., regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.980.873/0001-97.

**Parágrafo Único** Fica dispensado o procedimento licitatório nos termos do que preceitua o art. 18, § 1º da Lei Federal nº 9.636/1.998.

**Art. 2º** O imóvel objeto desta destina-se a utilização pelo(a) Concessionário(a), exclusivamente para o desenvolvimento de atividades associativas, recreativas e culturais de interesse público, vedado qualquer outro uso, constituindo o desvio de finalidade, causa necessária para sua reversão ao Município.

**§1º** Será permitida a exploração de atividade remunerada, pelo(a) Concessionário(a), bem como a exploração de outras fontes de receita no imóvel, compatíveis com sua finalidade, mediante anuência prévia do **CONCEDENTE**, incluindo:

- I - exploração de atividades econômicas comerciais e de serviços afins, ainda que por terceiros necessários, e/ou oportunas ao desenvolvimento da referida atividade;
- II - exibição de publicidade de patrocinadores, parceiros, fornecedores, dentre outros, interna e externamente;
- III - exploração de espaços publicitários;
- IV - locação de espaços para realização de eventos relacionados à atividade.

**§2º** A Concessão de Uso, é transferível por ato *inter vivos* ou por sucessão legítima ou testamentária, a título gratuito ou remunerado, revertendo-se ao Concedente caso o concessionário ou seus sucessores não lhe proporcionem o uso prometido ou desviem sua finalidade.



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

# DIÁRIO OFICIAL

[www.medianeira.pr.gov.br](http://www.medianeira.pr.gov.br)

De acordo com as Leis Municipais 134/2010 e 157/2011

QUARTA-FEIRA, 5 DE OUTUBRO DE 2011

ANO: I Nº: 0125

EDIÇÃO DE HOJE: 35 PÁGINA(S)

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

**Art. 3º** A concessão será outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos, a contar da data da assinatura do respectivo Termo, prorrogável por igual período, havendo interesse público, a critério do MUNICÍPIO.

**Parágrafo Único** A Concessão de Uso poderá ser outorgada por escritura pública, as expensas do(a) Concessionário(a).

**Art. 4º** Compete ao(à) Concessionário(a), sendo causa necessária para a extinção do respectivo termo em caso de descumprimento, o seguinte:

I - conservar o imóvel objeto desta Concessão, mantendo-o sempre limpo e em bom estado, às suas expensas, incumbindo-lhe também guardá-lo e devolvê-lo, se for o caso, ao final da Concessão, ou do encerramento/suspensão das atividades, em perfeitas condições de uso e conservação, sob pena de, a critério do Concedente, arcar com os prejuízos, ou reparar os danos, ciente o(a) Concessionário(a) de que quaisquer acessões ou benfeitorias acrescidas aderirão ao imóvel imediatamente;

II - assegurar o acesso dos servidores públicos municipais encarregados da fiscalização ao imóvel.

III – responsabilizar-se por todas as despesas que direta ou indiretamente decorram do uso do imóvel, de casos fortuitos ou de força maior, e sua manutenção, inclusive tributos, tarifas e preços públicos, bem como aquelas oriundas de eventos promovidos ou patrocinados pelo(a) Concessionário(a), durante todo o período da concessão.

IV - elaborar um laudo em conjunto com a Secretaria Municipal de Administração acerca do estado físico do imóvel e seus equipamentos anualmente, a partir da celebração do respectivo instrumento, para ser juntado ao processo.

V - manter atividade formal, devidamente inscrita nos órgãos Federais, Estaduais e Municipais, competentes.

VI - manter a regularidade fiscal e previdenciária, devidamente comprovada mediante a apresentação das respectivas certidões negativas de débito ou equivalentes, à Secretaria Municipal de Administração no mínimo semestralmente.

**Art. 5º** Findo ou extinto o respectivo termo, ou verificado o abandono da referida área pelo(a) Concessionário(a), poderá o Município imitar-se imediatamente na posse do imóvel promovendo a remoção compulsória de quaisquer bens, sejam eles do(a) Concessionário(a) ou de seus empregados, prepostos, subordinados,

contratantes ou terceiros, para depósito próprio a ser informado aos mesmos, não ficando o MUNICÍPIO responsável por qualquer dano decorrente da remoção ou da guarda destes bens.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal 25 de Julho, Medianeira, 04 de outubro de 2011.

Elias Carrer  
Prefeito

### LEI Nº 181/2011, de 04 de outubro de 2011.

**Acresce dispositivo ao Artigo 7º da Lei nº 145/2009 – Aprova a Planta de Valores de Terrenos e preços básicos por metro quadrado de construção, para efeito de lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, e dá outras providências.**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE MEDIANEIRA**, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito, sanciono a seguinte,

### L E I:

**Art.1º** Fica acrescido ao Artigo 7º da Lei Municipal nº 145/2009 de 25 de novembro de 2009 os Setores 14 e 15, que passa a vigorar com a seguinte redação:

SETOR 14 (Localização da cor conforme Mapa anexo)	VALOR EM R\$ POR M <sup>2</sup>
01 – VERMELHO	31,15
02 – AMARELO	23,37
03 – VERDE	12,97
04 – PRETO	10,37



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

# DIÁRIO OFICIAL

www.medianeira.pr.gov.br

De acordo com as Leis Municipais 134/2010 e 157/2011

QUARTA-FEIRA, 5 DE OUTUBRO DE 2011

ANO: I Nº: 0125

EDIÇÃO DE HOJE: 35 PÁGINA(S)

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

SETOR 15 (Localização da cor conforme Mapa anexo)	VALOR EM R\$ POR M <sup>2</sup>
01 – VERMELHO	31,15
02 – MARROM	23,37
03 – AZUL	18,16

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal 25 de Julho, Medianeira, 04 de outubro de 2011.

Elias Carrer  
Prefeito

### LEI Nº 182/2011, de 04 de outubro de 2011.

**Fixa valor para os débitos judiciais a serem pagos mediante Requisição de Pequeno Valor (RPV) pelo município de Medianeira/PR, nos termos do disposto no Art. 100, §§3º e 4º da Constituição Federal, e contém outras disposições.**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE MEDIANEIRA**, Estado do Paraná, aprovou, e o Prefeito, sanciona a seguinte,  
**L E I**

**Art. 1º** Os débitos ou obrigações do município de Medianeira, apurados em virtude de sentença judicial transitada em julgado, cujo montante, por beneficiário, após atualização e especificado, for igual ou inferior ao equivalente ao maior benefício do Regime Geral de Previdência Social, serão pagos mediante Requisição de Pequeno Valor (RPV).

**Art. 2º** Os pagamentos de valores superiores ao limite previsto no artigo anterior são requisitados por intermédio de precatórios, nos termos do Artigo 100 da Constituição Federal.

**Art. 3º** Os débitos de que trata o artigo 1º serão pagos por meio de RPV (Requisição

de Pequeno Valor), no setor próprio da Prefeitura Municipal, à vista do ofício requisitório expedido pelo juízo competente, independentemente de precatório, obedecida a ordem cronológica de apresentação do ofício.

**Art. 4º** O credor da importância superior ao montante previsto no artigo 1º desta Lei Municipal poderá optar por receber seu crédito por meio de Requisição de Pequeno Valor (RPV), desde que renuncie expressamente, na forma da Lei, junto ao juízo da execução, ao valor excedente.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal 25 de Julho, Medianeira, 04 de outubro de 2011.

Elias Carrer  
Prefeito

### LEI Nº 183/2011, de 04 de outubro de 2011.

**Proíbe o emprego de veículos de tração animal e a condução de animais com carga nas áreas urbanas do Município de Medianeira e nas situações que determina, e dá outras providências.**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE MEDIANEIRA**, Estado do Paraná, aprovou, e eu Prefeito, sanciono a seguinte:

#### **L E I:**

**Art. 1º** Fica proibido o tráfego de veículos de tração animal e a condução de animais com carga nos seguintes locais e situações existentes no Município de Medianeira:

- I - em todas as suas vias públicas asfaltadas ou calçadas;
- II – no perímetro urbano sede do Município – cidade de Medianeira;
- III - em todo tipo de evento que envolva risco de ocorrer maus tratos e crueldades para com os animais.



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

# DIÁRIO OFICIAL

[www.medianeira.pr.gov.br](http://www.medianeira.pr.gov.br)

De acordo com as Leis Municipais 134/2010 e 157/2011

QUARTA-FEIRA, 5 DE OUTUBRO DE 2011

ANO: I Nº: 0125

EDIÇÃO DE HOJE: 35 PÁGINA(S)

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

§ 1º Para os fins desta Lei consideram-se todos tipos de animais, principalmente os das espécies equina, muar, asinina e bovina.

§ 2º Ficam excluídos da proibição contida no "caput" deste artigo o uso de animais em exposição e em atividades desportivas, cívicas, religiosas ou de lazer e diversão pública, organizadas por associações próprias devidamente legalizadas.

**Art. 2º** Os veículos de tração animal, utilizados nas áreas não mencionadas no artigo primeiro, deverão possuir obrigatoriamente:

- I - rodas com pneumáticos e molas;
- II - sistema de freios com alavanca e lonas;
- III - pintura em cor clara e traseira com luminoso ou pintura fosforescente;
- IV - arreios ajustados à anatomia do animal; e
- V - local reservado ao transporte de água e comida para o animal.

**Art. 3º** Fica proibido o uso de chicotes, agulhão ou qualquer tipo de instrumento que possa causar sofrimento ou dor ao animal.

**Art. 4º** A infração de qualquer um dos dispositivos desta Lei implicará em multa de 50 (cinquenta) UFIMES dobradas na reincidência.

**Art. 5º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal 25 de Julho, Medianeira, 04 de outubro de 2011.

Elias Carrer  
**Prefeito**

### LEI Nº 184/2011, de 04 de outubro de 2011.

**Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder a abertura de Crédito Adicional suplementar ao orçamento vigente, e dá outras providências.**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE MEDIANEIRA**, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte,

### L E I:

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à abertura de Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com o que preceitua o inciso I do art. 41 da Lei Federal nº 4.320/64, até a importância de R\$ 390.000,00 (trezentos e noventa mil reais), para a inclusão das seguintes dotações do orçamento vigente, conforme segue:

06.00 – Secretaria Municipal de Finanças

06.03 – Divisão de Tesouraria

28.846.0006.0.001 – Amortização e Encargos da Dívida

3.2.90.21.00.0000 – Juros s/ a Dívida por Contrato – 01000 – 197.....R\$140.000,00

3.2.91.21.00.0000 – Juros s/ a Dívida por Contrato – RPPS - 01000 – 199.....R\$30.000,00

07.00 – Secretaria Municipal de Educação

07.03 – Divisão de Educação Infantil

12.365.0007.2.029 – Manutenção e Coordenação da Educação Infantil

3.3.90.39.00.0000 – Outros Serviços Terceiros PJ – 01000 – 280.....R\$100.000,00

**TOTAL.....R\$390.000,00**



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

## DIÁRIO OFICIAL

[www.medianeira.pr.gov.br](http://www.medianeira.pr.gov.br)

De acordo com as Leis Municipais 134/2010 e 157/2011

QUARTA-FEIRA, 5 DE OUTUBRO DE 2011

ANO: I Nº: 0125

EDIÇÃO DE HOJE: 35 PÁGINA(S)

### ATOS DO PODER EXECUTIVO

#### Art. 2º. O Crédito Adicional

Suplementar autorizado no artigo anterior, será custeado com recursos provenientes da anulação parcial/total das seguintes dotações do orçamento vigente, conforme preceitua o inciso III do § 1º do art. 43 da Lei 4.320/64, conforme segue:

06.00 – Secretaria Municipal de Finanças

06.04 – Divisão de Tesouraria

04.123.0005.2.020 – Manutenção da Tesouraria

3.1.91.92.00.0000 – Despesas de Exercícios Anteriores  
– 01000 – 188.....R\$390.000,00

**TOTAL.....R\$390.000,00**

**Art. 3º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal 25 de Julho, Medianeira, 04 de outubro de 2011.

Elias Carrer  
Prefeito

**LEI Nº 185/2011, de 04 de outubro de 2011.**

**Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder a abertura de Crédito Adicional Suplementar ao orçamento vigente, e dá outras providências.**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE MEDIANEIRA**, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte,

**L E I :**

#### Art. 1º Fica o Poder Executivo

Municipal autorizado a proceder à abertura de Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com o que preceitua o inciso I do art. 41 da Lei Federal nº 4.320/64, até a importância de R\$ 785.000,00 (setecentos e oitenta e cinco mil reais), para a Inclusão das seguintes dotações do orçamento vigente, conforme segue:

03.00 – Secretaria Municipal de Governo

03.04 – CPD – Centro de Processamento de Dados

04.126.0003.2.007 – CPD – Centro de Processamento de Dados

3.3.90.39.00.0000 – Outros Serviços de Terceiros PJ –  
01000 – 59.....R\$65.000,00

08.00 – Fundo Municipal de Saúde

08.04 – Divisão de Média e Alta Complexidade

10.302.0008.2.048 – Serviço Hospitalar e Ambulatorial

3.3.90.39.00.0000 – Outros Serviços de Terceiros PJ –  
01000 – 440.....R\$435.000,00

3.3.90.39.00.0000 – Outros Serviços de Terceiros PJ –  
01303 – 441.....R\$205.000,00

11.00 – Secretaria Agricultura Sustentável e Abastecimento

11.02 – Divisão de Desenvolvimento Rural

20.606.0012.2.075 – Manutenção do Desenvolvimento Rural

3.3.90.39.00.0000 – Outros Serviços de Terceiros PJ –  
01000 – 626.....R\$80.000,00

**TOTAL.....R\$785.000,00**





# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

# DIÁRIO OFICIAL

[www.medianeira.pr.gov.br](http://www.medianeira.pr.gov.br)

De acordo com as Leis Municipais 134/2010 e 157/2011

QUARTA-FEIRA, 5 DE OUTUBRO DE 2011

ANO: I Nº: 0125

EDIÇÃO DE HOJE: 35 PÁGINA(S)

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

**Art. 2º** O Crédito Adicional Suplementar autorizado no artigo anterior, será custeado com recursos provenientes da anulação parcial/total das seguintes dotações do orçamento vigente, conforme preceitua o inciso III do § 1º do art. 43 da Lei 4.320/64, conforme segue:

08.00 – Fundo Municipal de Saúde

08.02 – Divisão de Atenção Básica

10.301.0008.2.044 – Manutenção da Divisão de Saúde

3.3.50.41.00.0000 – Contribuições – 01000 – 368.....R\$298.484,55

3.3.90.39.00.0000 – Outros Serviços Terceiros PF – 01000 – 373.....R\$70.000,00

10.301.0008.2.046 – Manutenção da Saúde Bucal

3.3.90.30.00.0000 – Material de Consumo – 01000 – 386.....R\$15.000,00

3.3.90.30.00.0000 – Material de Consumo – 01303 – 387.....R\$20.000,00

3.3.90.39.00.0000 – Outros Serviços de Terceiros PJ – 01000 – 388.....R\$50.000,00

3.3.90.39.00.0000 – Outros Serviços de Terceiros PJ – 01303 – 389.....R\$20.000,00

10.301.0008.2.047 – Manutenção da Saúde da Família

3.3.90.39.00.0000 – Outros Serviços de Terceiros PJ – 01000 – 404.....R\$1.515,45

3.3.90.39.00.0000 – Outros Serviços de Terceiros PJ – 01303 – 405.....R\$80.000,00

10.301.0008.2.091 – Manutenção do Centro Materno Infantil

3.3.90.30.00.0000 – Material de Consumo – 01303 – 413.....R\$25.000,00

08.04 – Divisão de Média e Alta Complexidade

10.301.0008.2.041 – Manutenção CEO – Centro E. Odontológicas

3.3.90.30.00.0000 – Material de Consumo – 01303 – 433.....R\$20.000,00

3.3.90.39.00.0000 – Outros Serviços de Terceiros PJ – 01303 – 435.....R\$40.000,00

11.00 – Secretaria Agricultura Sustentável e Abastecimento

11.02 – Divisão de Desenvolvimento Rural

20.606.0012.2.075 – Manutenção do Desenvolvimento Rural

4.4.90.52.00.0000 – Equip. e Material Permanente – 01000 – 628.....R\$22.000,00

11.03 – Divisão de Meio Ambiente

17.511.0013.2.077 – Abastecedouros Comunitários

3.3.90.30.00.0000 – Material de Consumo – 01000 – 629.....R\$30.000,00

17.511.0013.2.078 – Implantação do Micro Sistema de Água

3.3.90.30.00.0000 – Material de Consumo – 01000 – 630.....R\$10.000,00

3.3.90.39.00.0000 – Outros Serviços de Terceiros PJ – 01000 – 631.....R\$18.000,00

13.00 – Secretaria Municipal de Esportes

13.02 – Divisão de Esportes

27.812.0015.2.085 – Manutenção das Competições Esportivas

3.3.50.41.00.0000 – Contribuições – 01000 – 693.....R\$30.972,80

27.812.0015.2.086 – Manutenção das Atividades Esportivas

3.3.90.30.00.0000 – Material de Consumo – 01000 – 700.....R\$34.027,20

**TOTAL.....R\$785.000,00**



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

# DIÁRIO OFICIAL

[www.medianeira.pr.gov.br](http://www.medianeira.pr.gov.br)

De acordo com as Leis Municipais 134/2010 e 157/2011

QUARTA-FEIRA, 5 DE OUTUBRO DE 2011

ANO: I Nº: 0125

EDIÇÃO DE HOJE: 35 PÁGINA(S)

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

**Art. 3º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando na íntegra as Leis Municipais nº 143/2011, 144/2011 e 152/2011 de 29 de agosto de 2011 e as disposições em contrário.

Paço Municipal 25 de Julho, Medianeira, 04 de outubro de 2011.

Elias Carrer  
**Prefeito**

### LEI Nº 186/2011, de 04 de outubro de 2011.

**Dispõe sobre alteração proposta ao Artigo 38 da Lei Municipal nº 085/2005, e dá outras providências.**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE MEDIANEIRA**, Estado do Paraná, aprovou e o Prefeito, sanciona a seguinte,

### **L E I:**

**Art. 1º** O artigo 38 da Lei Municipal nº 085/2005 de 16 de novembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação, sendo:

*"Art. 38. Os demais profissionais que trabalham rotineiramente e exclusivamente na área de educação, ou sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação e que não estejam vinculados diretamente ao GOGM – Grupo ocupacional Geral Magistério, farão jus a Gratificação de Função nos termos do Art. 17, inciso IV letra "a", especificamente para os Cargos de Assistente Educacional, Bibliotecário, ou outros cargos vinculados ao GOGP – Grupo Ocupacional Geral Permanente." (NR)*

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal 25 de Julho, Medianeira, 04 de outubro de 2011.

Elias Carrer  
**Prefeito**



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT – BRY PDDE. A Prefeitura Municipal de Medianeira da garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site <http://www.medianeira.pr.gov.br/>

Arquivo Assinado Digitalmente por MARIA JAQUELINA STEINBACH - SERASA  
Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil